



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| | | | |
|--|----------------------------|--------------------------|--------------------|
| CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES | | | |
| EVENTO: Audiência Pública | REUNIÃO Nº: 0860/15 | DATA: 15/06/2015 | |
| LOCAL: Assembleia Legislativa de Goiás | INÍCIO: 14h47min | TÉRMINO: 18h07min | PÁGINAS: 68 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HÉLIO DE SOUSA - Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
DELEGADA ADRIANA ACCORSI - Deputada Estadual – Goiás.
ROGÉRIO SANTANA FERREIRA - Superintendente Executivo e representante do Secretário Estadual de Segurança Pública e Administração Penitenciária.
GLÁUCIA TEODORO - Superintendente Estadual da Mulher, representante da Secretaria Estadual da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho.
PEDRO WILSON GUIMARÃES - Secretário Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas.
REDELSON THOMAZ - Representante da Juventude do Meio Popular.
ANA RITA DE CASTRO - Secretária Municipal de Políticas para Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR-GO.
ROSEANE RAMOS - Representante do Conselho Municipal da Igualdade Racial e do Comitê Juventude Viva.
LEANDRO DIAS - Representante dos Agentes de Pastoral Negros.
JOSÉ EDUARDO DA SILVA - Coordenador Nacional de Entidades Negras do Brasil.
ALUISIO BLACK - Presidente do Centro de Referência da Juventude e membro do Comitê Gestor Municipal do Plano Juventude Viva.
SÉRGIO EDUARDO SILVA OLIVEIRA - Representante do Coletivo Quilombo.
MARTA IVONE DE OLIVEIRA - Superintendente de Promoção da Igualdade Racial do Estado de Goiás.
PAULO VITÓRIA - Integrante da Companhia Teatral Zumbi dos Palmares e também dos Conselhos Estadual e Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Goiás.
JONATHAS PROCOPIO DA SILVA - Presidente da Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de Goiás.

SUMÁRIO

Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. APRESENTADOR (Sidney Araújo Teixeira) - Boa tarde, senhoras e senhores. Sejam bem-vindos.

Tem início esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal destinada a apurar as causas, razões, conseqüências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

A partir deste momento, solicito que os telefones celulares sejam desligados ou utilizados no modo silencioso.

Convido para compor e presidir a primeira Mesa dos trabalhos o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todas e a todos.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Quero agradecer pelo apoio e convidar para integrar a Mesa o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Deputado Estadual Helio de Sousa *(palmas)*; quero convidar também o autor do requerimento para realização desta audiência, Deputado Rubens Otoni *(palmas)*; também como autora do referido requerimento, Deputada Erika Kokay *(palmas)*; por fim, convido o Deputado Delegado Edson Moreira, também membro da CPI. *(Palmas)*.

Passo a palavra ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Deputado Helio de Sousa.

O SR. HELIO DE SOUSA - Inicialmente, quero desejar a todos uma boa tarde.

Quero, em nome da Assembleia Legislativa de Goiás, desejar boas-vindas a todos os que vêm até a nossa Casa para permitir que matérias que são de interesse do povo goiano e do povo brasileiro possam ser discutidas.

Neste momento, cumprimento o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais; o Deputado Federal Delegado Edson Moreira, do PTN de Minas Gerais; a Deputada Federal Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, todos membros da CPI.



Por fim, cumprimento este que é um dos Deputados que honram o nosso Estado no Congresso Nacional, o Deputado Rubens Otoni, nosso companheiro.

Mas eu gostaria de expressar, primeiro, a nossa gratidão pelo fato de o Deputado Reginaldo Lopes, juntamente com o Deputado Rubens Otoni, ter escolhido a Assembleia para discutir tema de tão grande relevância.

A Assembleia Legislativa de Goiás tem sido porta-voz dos anseios do povo goiano. Todos os dias temos participado de momentos de discussão daquilo que interessa e do que, com certeza, é importante para todos nós.

Hoje pela manhã, com a presença de diversos Deputados Federais, tivemos uma audiência onde se discutiu o pacto federativo. Na próxima sexta-feira — e quero já aproveitar para convidar os Deputados Federais presentes —, nós vamos ter aqui — ainda a confirmar, mas provavelmente ocorrerá — a presença de uma assembleia itinerante da Câmara dos Deputados, com a presença do Presidente daquela Casa, Deputado Eduardo Cunha.

Então, neste momento, registro que está é mais uma oportunidade que nos dão para discutirmos assuntos que são, para nós, tão gratificantes.

Quero cumprimentar os Parlamentares goianos na pessoa da Deputada Delegada Adriana Accorsi.

Nós sabemos que o Brasil tem avançado principalmente na busca de fatos que marcaram um passado que não é muito distante, em que não se conseguia ter movimentos que pudessem fazer a defesa daqueles que eram agredidos. E, na hora em que se instala esta CPI, nos dão oportunidade para que o nosso Estado possa fazer a sua manifestação.

Nós sabemos que há violência contra negros e contra pessoas pobres, jovens ou não. É preciso que tenha alguém que abra este debate, abra esta discussão, porque ela é muito maior e agride muito mais do que se pensa, porque é exatamente quando não se tem alguém para defender uma causa que ela passa a doer muito.

Então, eu quero, em nome do Parlamento goiano, agradecer a todos os que estão participando, em especial à caravana de Deputados Federais que vão nos honrar aqui com esta discussão que eu caracterizo como de suma importância.

Sejam bem-vindos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O nosso Presidente tinha avisado anteriormente que tem outro compromisso. Mas, antes, eu quero aproveitar, Presidente, para fazer um pedido das Minas Gerais.

O senhor falou muito bem que hoje pela manhã a Assembleia Legislativa de Goiás recebeu aqui a Comissão Especial do Pacto Federativo. E, talvez, um tema que precisa de um pacto federativo é o da segurança pública.

Eu sou do Governo, sou do PT, do Governo Lula e da Presidenta Dilma, mas entendo que nesses últimos 12 anos nós pouco nos aprofundamos no tema segurança pública. De uma maneira ou de outra, eu acho que a sociedade participa pouco do tema segurança pública. É como se a gente tivesse privatizado o tema e que este ficasse à mercê só dos agentes de segurança pública. E a sociedade apenas recebe a concepção que esses agentes dão sobre segurança pública, ela não participa da sua elaboração, da sua concepção.

Nesse sentido, nós defendemos na CPI uma emenda constitucional para um novo pacto federativo em relação ao tema segurança pública, um modelo compartilhado, com responsabilidade da União, Estados e Municípios também. E, mais do que esse pacto federativo, nós defendemos um pacto republicano, com o envolvimento de todos os Poderes, porque vivemos hoje uma triste estatística: a Justiça Criminal no Brasil não prioriza julgamentos de crimes contra a vida. Apenas 3% dos crimes contra a vida são elucidados. A nossa Justiça prioriza o julgamento de crimes patrimoniais, ou, então, a prisão de usuários de droga — e não é nem de traficantes.

Então, nós queremos, ao emendar a Constituição, constitucionalizar essa responsabilidade, para que os Estados, os Municípios e a União estabeleçam planos decenais de enfrentamento a homicídios, evidentemente, com ações preventivas e com uma pactuação pela redução desses índices, porque o Brasil hoje mata 60 jovens para cada 100 mil habitantes. Esses indicadores são estarrecedores! Acima de 10 mortes já é guerra civil.

Nós precisamos trazer, em 10 anos, esse indicador para 1 dígito, ou seja, menos do que 10. Se a gente considerasse a mesma taxa de homicídios só em relação aos brancos, o Brasil teria uma taxa de 1 dígito.



Então, o sacrifício, o esforço da sociedade brasileira, na verdade, é desnaturalizar a morte de jovens negros e pobres no Brasil. Ficou natural matar jovens negros e pobres.

Portanto, o pedido que eu faço ao senhor é que, provocado por alguns Deputados Estaduais de Goiás — hoje nós conversamos com a Deputada Delegada Adriana Accorsi —, este Estado pudesse ser o primeiro a elaborar um plano estadual de enfrentamento a homicídios, tendo em vista que o Estado de Goiás está entre os Estados com mais de 100 homicídios para cada 100 mil habitantes; Goiás está entre os 6 Estados que têm os maiores indicadores de homicídios no Brasil.

Portanto, fica um apelo ao senhor, que é um homem sensível, com uma carreira política vitoriosa, para que possa dar essa contribuição. Primeiro, este ato vai dar visibilidade ao tema, como o senhor colocou muito bem; vai jogar luz ao tema; segundo, vai-se poder acompanhar, em Brasília, o andamento da CPI e enviar proposições ao nosso trabalho; por último, contribuir com o Governo do Estado e com a sociedade de Goiás no sentido de reduzir as taxas de homicídio.

Portanto, agradeço a sua presença. Se quiser ficar conosco, será uma alegria; caso não possa, muito obrigado pela presença e pelo total apoio à vinda desta CPI ao Estado de Goiás.

O SR. HELIO DE SOUZA - Só quero dizer, Sr. Presidente, que aceito o desafio e convoco a Sra. Deputada Adriana Costa para ser a Coordenadora desse processo. Sou médico e tenho uma estatística que realmente comprova tudo o que V.Exa. diz. Estamos com um projeto de lei para captação de órgãos, principalmente de jovens, por morte violenta. E já é um projeto que está em fase avançada de discussão. E, ao se levantar essa estatística, traduz-se o que V.Exa. diz: a grande maioria que morre hoje de causa violenta são jovens e são negros. Então, há algo errado. E, com certeza, a Sra. Deputada terá todo o apoio da Presidência para que esta questão tenha respaldo aqui no Estado.

Agradeço a todos pela presença, peço desculpas por ter que me ausentar e desejo uma boa CPI para todos. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Convido a compor a Mesa conosco, para fazer uma abertura e uma saudação aos nossos convidados, ao



Plenário e aos estudantes — para quem peço uma salva de palmas por estar nos acompanhando —, a Sra. Deputada Adriana Accorsi.

Antes, porém, passo a palavra ao autor do requerimento que propôs a realização desta audiência da CPI neste Estado, Sr. Deputado Rubens Otoni.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Boa tarde a todos. Boa tarde a todas.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Reginaldo Lopes, a quem cumprimento pela iniciativa e pelo trabalho desenvolvido na CPI. Agradeço a V.Exa. o convite a mim formulado para representar o Estado de Goiás nesta CPI e estendo meu agradecimento ao Sr. Deputado Edson Moreira e à Sra. Deputada Erika Kokay, que tiveram a iniciativa de apresentar requerimento para a realização de audiência desta CPI no Estado de Goiás.

E, ainda, na pessoa de V.Exas., quero agradecer o empenho da CPI em poder também ouvir e conhecer um pouco da realidade do nosso Estado. Por fim, na pessoa da Sra. Deputada Adriana Accorsi, quero agradecer aqui todo o apoio dado pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás para que esta audiência se tornasse realidade. Então, quero agradecer ao Presidente Helio de Souza e a todo o corpo de funcionários desta Casa. Sou testemunha da dedicação e do compromisso de todos. Que sempre tenhamos o prazer de conviver com V.Exas.!

De maneira especial, quero cumprimentar toda a comunidade, que aqui se faz presente pelos representantes de diversas instituições.

Registro a presença do nosso companheiro Professor Pedro Wilson Guimarães, ex-Deputado Federal, ex-Prefeito de Goiânia, hoje desempenhando papel estratégico na Prefeitura Municipal de Goiânia, à frente da Pasta de Direitos Humanos. E, na pessoa do Professor Pedro Wilson, quero cumprimentar todas as representações sociais presentes, dos mais diferentes segmentos, dos mais diferentes locais e, de maneira especial, cumprimentar os jovens estudantes que aqui estão, como forma de incentivo também a este trabalho e a compreensão de vocês.

E, na abertura deste trabalho, Sr. Deputado Reginaldo Lopes, quero apenas cumprimentar V.Exa. e dizer do meu desejo que esta audiência pública possa servir para jogar luz sobre um assunto desafiador: investigação sobre a violência contra



jovens negros e pobres em todo o Brasil. Que esta audiência pública sirva para jogar luz, nos despertar para a realidade e contribuir para os trabalhos que estão sendo realizados em Brasília, para conseguirmos fazer este retrato desta situação no País.

Mas, mais do que isso, que esta audiência pública sirva para nos despertar aqui em Goiás e para que também façamos a nossa parte, a nossa lição de casa, contribuindo para a superação desse desafio que temos pela frente.

Então, boa audiência para todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra para a nossa Deputada Erika Kokay, também autora do requerimento para a realização desta audiência.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quero desejar uma boa tarde para cada uma e cada um de vocês e dizer da alegria desta CPI em poder estar aqui em diálogo com o movimento social e com os diversos representantes do Estado.

Acho que é absolutamente fundamental que nós possamos fazer esta audiência, para traçarmos um diagnóstico acerca do extermínio de jovens, jovens negros de periferia, aqui no Estado de Goiás e para que, a partir desse diagnóstico, possamos traçar as estratégias necessárias para a superação de uma situação que nos lembra que ainda não fizemos o luto nem da escravidão, nem da ditadura, tampouco do colonialismo.

O Brasil precisa fechar o ciclo dos seus períodos traumáticos, que têm uma agudeza muito grande no processo de desumanização, para que nós possamos caminhar na perspectiva da construção de um País livre, de um País igualitário, onde todo ser humano possa viver a sua humanidade.

Nós temos assassinatos de jovens de uma forma absolutamente inaceitável no nosso País. E, entre os que morrem, a sua esmagadora maioria são jovens — e jovens negros. Há um racismo institucional, e a institucionalização do racismo faz com que ele se naturalize, que ele ganhe uma sustentabilidade e uma permanência nas nossas relações diárias e contamine o próprio tecido social.

Eu penso que o Brasil avança quando desmistifica, quando tira e desconstrói o mito da igualdade racial. Ele avança nessa perspectiva e abre os espaços para que a gente possa se colocar em movimento e para que se interrompa a cadeia de vitimização eterna da população negra neste País. Porque, se não se admite o



racismo institucional, vai-se dizer, dessas paredes, desses tetos e dessas portas de vidro invisibilizadas, que elas não permitem que se chegue a todos os lugares ou que se chegue ao topo de todos os espaços do nosso País.

Tende-se a responsabilizar os jovens negros pela sua própria vitimização. Portanto, é um processo extremamente cruel o que nós estamos vivendo, que nos lembra da lógica do começo do século XX, de um processo eugenista que este Brasil vivenciou. Ou seja, nós vivemos um racismo cruel, um racismo que se expressa, que precisa ser reconhecido para que possa ser enfrentado.

E, por fim, quero dizer que é muito importante que nós façamos os planos de enfrentamento aos homicídios, mas é muito importante que nós possamos fazer os planos — os planos municipais, os planos estaduais — de enfrentamento ao homicídio de jovens negros e de periferia, porque isso que nós estamos vivendo é o extermínio, o extermínio de toda uma geração, um extermínio que, antes de ser literal e montar as estatísticas que nós temos, é simbólico.

Antes de o assassinato acontecer, há um assassinato simbólico, há uma desumanização simbólica que precisa ser reconhecida para que possamos enfrentá-la.

Façamos, portanto, planos que tenham a participação da sociedade civil de uma forma intersetorial no que diz respeito ao Estado, porque somos incompletos institucionalmente, bem como somos incompletos enquanto seres humanos.

Ser humano é ser faltante. E, por ser faltante, é também ser querente. E nós queremos saciar todas as nossas fomes, não apenas a de pão, mas a fome de justiça, a fome de beleza, a fome de igualdade, a fome de liberdade, todas essas fomes que só os seres humanos são capazes de sentir.

Uma boa audiência para todas e todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vou ser breve, mas a minha visão é uma visão mais prática, porque já participei de diversas investigações.

Quando o Presidente falou que os juízes julgam mais crimes patrimoniais do que crimes dolosos contra a vida, podemos esquecer que o latrocínio, roubo com



morte, é julgado pelo juiz singular, e o julgamento é rápido. Não é julgado pelo Tribunal do Júri. O Tribunal do Júri tem uma característica diferente. Tem duas fases o Tribunal do Júri. O Tribunal do Júri tem a parte do sumário, em que tudo o que é feito na Polícia é refeito novamente no sumário. Acaba o sumário, vem uma sentença de pronúncia. A pessoa recebe a sentença de pronúncia e vai a Júri, que é a parte plenária. Quer dizer, é um trabalho dobrado. E, nessas fases, geralmente, o autor se evade. E com 20 anos, aqui no Brasil, infelizmente, prescrevem os crimes de homicídio. Eu acho que o instituto da prescrição deve ser reavaliado, Sr. Presidente, por nós. Poderia ser até uma sugestão nossa reavaliar essa fase de instrução. E a parte do júri é uma cláusula pétrea. Por quê? A única parte criminal que está na Constituição, justamente, é o julgamento pelo Tribunal do Júri, não tem mais nenhuma.

Então, esta CPI, com nosso Presidente, em algumas partes, nós concordamos, como, por exemplo, na unificação das polícias, para melhorar a investigação e o policiamento ostensivo preventivo, dentre outras normas — temos o mesmo pensamento; quanto a outras, não temos, mas isso faz parte. Não pode ser 100%. Mas a gente vai continuar lutando, sim, pelo bem de toda a população brasileira e também da população goiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.

Passo a palavra à Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, que já assumiu uma tarefa: ela vai coordenar a Comissão Especial de Enfrentamento a Homicídios, criada aqui hoje pelo nosso Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, junto com Rubens Otoni, que vai ser o nosso comandante aqui por Brasília. *(Palmas.)*

A SRA. DEPUTADA DELEGADA ADRIANA ACCORSI - Boa tarde a todas e a todos! É uma honra participar desta Mesa junto com V.Exas. Gostaria de cumprimentar a todos, ressaltar a importância do tema e pela coragem de estarem aqui discutindo esse assunto conosco.

Quero cumprimentar os meus companheiros da Polícia Civil presentes aqui, Rogério, Ana Eliza, o Comandante da Guarda Civil Metropolitana, o nosso querido e



eterno Deputado Pedro Wilson, nosso Secretário dos Direitos Humanos de Goiânia a partir de agora (*palmas*) e todos os militantes de direitos que se fazem presentes participando conosco desta audiência.

Quero ainda trazer um cumprimento especial aos meus amigos do CESAM, professores e estudantes: sejam sempre bem-vindos a esta Casa.

Esta discussão é de vocês. Eu acho que, mais do que nós discutirmos aqui dentro, Deputado, nós temos que levar essa discussão para cada canto deste Estado, para que os jovens possam entender o que está acontecendo e também nos dizer quais são os caminhos que as autoridades devem tomar. É um problema gravíssimo hoje em Goiás o crime contra a vida, apesar dos esforços dos meus companheiros da Polícia Civil.

Eu sou policial civil há mais de 15 anos e eu acompanho e reconheço os esforços. Mas hoje, o crime contra a vida é o nosso maior desafio. Nós já perdemos 1.080 pessoas no Estado de Goiás até o final do mês de maio; mais de 200 pessoas assassinadas em Goiânia até o final de maio. São números altíssimos.

O mais importante desta CPI é dar visibilidade e admitir que o Brasil hoje não protege a sua juventude, não protege a vida das pessoas. E em Goiás não é diferente, porque somos um dos Estados onde o número de crimes contra a vida é muito alto. E aqui, vocês me perdoem, mas, por nós trabalharmos nessa área, e eu fui investigadora de homicídios de crianças e adolescentes por quase uma década, penso que o Poder Judiciário tem que ser chamado a essa discussão. Em Goiás, nós vemos a impunidade muitas vezes acontecer, apesar do esforço da polícia judiciária e da investigação. E eu tenho falado sobre isso — quem é daqui me acompanha —, nós temos que chamá-los, Deputada, também para participarem, para se sensibilizarem com o tema. E, em relação a esse nosso trabalho, eu quero aqui assumir o compromisso de liderar essa Comissão Especial junto com vocês e com o Deputado Rubens Otoni, da CPI Nacional, que a estará representando aqui no Estado de Goiás. Vamos avançar nessa discussão e encontrar caminhos para políticas públicas de inclusão e oportunidade para os jovens, para o combate à impunidade; que os homicídios não fiquem mais impunes; que eles sejam punidos com rigor e de forma exemplar; e que as forças de segurança tenham capacitação e estrutura para responder a esse desafio à altura e proteger a sociedade.



Muito obrigada e uma excelente audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Adriana Accorsi. Eu quero agradecer aos Deputados que compuseram esta Mesa. Vamos desfazê-la e passar para a próxima.

Eu quero convidar para sentar-se à Mesa o Superintendente Executivo Dr. Rogério Santana Ferreira, representando o Secretário Estadual de Segurança Pública e Administração Penitenciária, o Dr. Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita (*palmas*); convido também a Superintendente Estadual da Mulher, Sra. Gláucia Teodoro, representando a Secretaria Estadual da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho (*palmas*); o Secretário Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas, Prof. Pedro Wilson Guimarães, meu colega Deputado Federal (*palmas.*); e o representante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, o Sr. Redelson Tomaz (*palmas*).

Nós vamos ter outra Mesa, porque só podemos comportar cinco pessoas em cada mesa. Ao término desta Mesa, vamos convocar outra, e, logo após, vamos abrir a discussão para o Plenário. Vamos abrir para todos os presentes que desejarem falar — inclusive, quem quiser se inscrever, o nosso Secretário, este moço simpático aqui, Robson Coutinho, vai anotar as inscrições.

Então, vou começar pelo Superintendente Executivo, Dr. Rogério Santana Ferreira, por 10 minutos.

Cada orador, participante desta Mesa, falará por 10 minutos. Depois, vamos abrir a discussão para o Plenário, cada um por 5 minutos.

Então, por 10 minutos, com a palavra o Sr. Rogério Santana Ferreira.

O SR. ROGÉRIO SANTANA FERREIRA - Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais; a minha colega e amiga de governo Dra. Gláucia Teodoro; o eterno Deputado e atual Secretário Pedro Wilson; o representante da Pastoral da Juventude, Sr. Redelson Tomaz; e cumprimentar meus colegas da Polícia Civil, a Dra. Adriana Accorsi e a Dra. Ana Elisa; os colegas da Polícia Militar, os colegas da Guarda Municipal que aqui se fazem presentes.

Tenho certeza de que nós estamos aqui no mesmo barco, com o mesmo intuito, Sr. Presidente, de tentar unir esforços, unir esforços simbióticos, tanto na



esfera federal, como nas esfera municipal e estadual, para combater todo tipo de crime, em especial o crime doloso contra a vida, como é o homicídio.

É verdade que no Brasil, Deputado Reginaldo Lopes, o índice é assustador, o índice é realmente de guerra civil, mas o Estado de Goiás — é verdade também —, por meio de uma política pública de segurança pública, tem feito esforços para que esse índice seja reduzido.

No ano passado, no final de 2014, apesar de termos uma baixa de 40,14 a 40,15 por 100 mil habitantes, que é altíssima, o índice aceitável é de 12 por 100 mil habitantes, Goiás chegou, no final do ano passado, a uma redução de 40 por 39,60 por 100 mil habitantes, que ainda é alto — nós reconhecemos, sim, que é alto —, mas nós estamos fazendo esforços para diminuir esse índice.

Este ano há uma perspectiva de diminuição, senhoras e senhores, em 9,62%, 9,62% de redução dos crimes de homicídio. Portanto, o Estado de Goiás tem feito políticas públicas na área de segurança pública integrando as forças de segurança pública, que são muito importantes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui presentes.

Nós temos que unir as forças estatais de forma simbiótica para combater um mal só, que é a criminalidade, e com respeito, Sr. Presidente, aos direitos humanos. Goiás não aceita, o Governo de Goiás não aceita, a Secretaria de Segurança Pública não aceita qualquer violação a esses direitos.

É evidente que, às vezes, todos querem aqui que as elucidações sejam feitas de forma ágil, mas não é assim, nós vivemos num Estado Democrático de Direito. Eu sou delegado de polícia há 21 anos, sou professor de Direito Penal e Processual Penal. Nós estamos, graças a Deus, vivendo um Estado Democrático de Direito, e o Estado Democrático de Direito exige um devido processo legal. É certo que há uma dificuldade de resposta imediata em relação àqueles autores de crimes de homicídio, em especial contra os jovens negros pobres deste País, devido à morosidade da atual legislação.

Então, o Estado de Goiás, através da Secretaria, tem feito trabalhos no sentido de diminuir a criminalidade. É a nossa função, é nossa obrigação. Nós não podemos fugir da nossa obrigação.

Eu, numa entrevista, num debate com um certo político, há muito tempo, há uns 15 anos — era bem mais jovem, com o cabelinho asa delta —, ouvi daquele



político mais experiente o seguinte: *“É, mas a população fica cobrando demais”*. Eu disse a ele: *“Senhor, a gente percebe que para ser candidato a Prefeito, a Deputado, é uma disputa muito grande, assim como para ser delegado de polícia o concurso é difícil, e ninguém obriga o senhor, nem eu a fazer concurso. A partir do momento que a gente faz um concurso e assume um compromisso, nós temos o dever e a satisfação de dar aos senhores um serviço de qualidade”*.

Nós estamos aqui abertos para os debates, estamos abertos para qualquer tipo de crítica. Vamos responder, se possível, todas as críticas na medida do possível. É isto, Sr. Presidente, senhores presentes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Vou passar a palavra para a Sra. Gláucia Teodoro, representando aqui a Secretaria da Mulher e de Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e de Trabalho.

A SRA. GLÁUCIA TEODORO - Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento de forma especial o Deputado Reginaldo Lopes, que preside esta Comissão, e estendo os cumprimentos ao querido Deputado Rubens Otoni, autor deste requerimento, e à Deputada Erika Kokay, que faz parte da Comissão, e desde já eu o parabenizo por este trabalho e por esta audiência aqui em Goiás, visto que considero de extrema importância discutirmos temas como este.

Cumprimento ainda o Deputado Federal Pedro Wilson, meu querido amigo que hoje ocupa a Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Goiânia; o Superintendente Executivo Rogério, meu colega de Governo, da Secretaria de Segurança Pública; e o representante da Pastoral da Juventude, que compõem esta Mesa.

Cumprimento também todos os representantes de movimentos sociais e os alunos presentes.

Quando o Deputado Reginaldo Lopes me perguntou rapidamente como vão as políticas de igualdade racial aqui no Governo do Estado, eu respondi que, num primeiro momento, podemos considerar, alcançamos uma grande vitória.

Na gestão anterior do Governo do Estado de Goiás, na gestão anterior, já havia uma secretaria de estado de políticas para mulheres e promoção da igualdade racial. A principal vitória, dentre todas as demais políticas públicas de promoção da



igualdade racial, foi nós impormos institucionalmente, na pauta do Governo, a questão da promoção da igualdade racial.

São políticas novas. Como disse a Deputada Erika Kokay, há, de fato, um racismo institucional introjetado nos três entes da Federação, nos três poderes. E nós temos que, de fato, instituir políticas em todos esses setores governamentais, para quebrarmos de vez com todo esse racismo institucional presente em todas essas escalas, em todos esses níveis.

Dentre as principais políticas do Governo do Estado, não especificamente em relação à juventude, mas para toda a população negra, a primeira que eu destaco é a questão da terra. Nós participamos de todo o processo, junto ao INCRA, da regularização fundiária das comunidades quilombolas no Estado de Goiás. Foi um avanço. Conseguimos a certificação de quase todas — e as que ainda não foram certificadas estão em processo de certificação.

Eu posso destacar também essa relação republicana que se instituiu entre o Governo do Estado de Goiás e o Governo Federal, em que se pôde estabelecer essa interlocução de uma forma interessante. Nós desenvolvemos e aprovamos uma série de projetos, tanto a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República quanto a Secretaria de Políticas para as Mulheres, também da Presidência da República.

Então, essa interlocução foi extremamente profícua, no sentido de desenvolvermos, em parceria, uma série de projetos aqui no Estado. Destaco também a construção das casas das comunidades quilombolas aqui em Goiás. Nós da Secretaria vamos, junto com a Agência Goiana de Habitação e a Caixa, construir as casas em todas as comunidades. O processo já está em andamento. Vamos entregar as primeiras casas no Quilombo Cascata, em Aparecida de Goiânia.

Em relação especificamente à juventude negra, nós fizemos, no ano passado, e continuamos o projeto, uma parceria com o Governo Federal, em todos os pontos de cultura. Há um projeto com recursos do Tesouro Estadual denominado Gira Arte, um projeto na área cultural, com a juventude, principalmente a juventude negra, haja vista que a 58% da população do Estado de Goiás, mais do que o Município de Goiânia, é de população negra. Enfim, estamos desenvolvendo uma série de campanhas de enfrentamento ao racismo.



Nós estamos agora em processo de assinatura, junto com a SEPPIR, do SINAPIR, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Estamos avançando. Há muito a fazer? É claro que sim. São políticas novas. O Estado assumiu há muito pouco tempo, e, infelizmente, ainda não são consideradas nos três entes da Federação como políticas prioritárias de Governo. Mas conseguimos colocá-las na pauta e estamos desenvolvendo de fato um avanço nesse processo. Eu considero que a principal política de promoção da igualdade racial é, de fato, o enfrentamento ao racismo, esse grave crime que assola a população de todo o Estado brasileiro.

É isso, Sr. Presidente.

Eu me coloco à disposição para falar dos demais programas que nós estamos instituindo e implementando no Governo do Estado de Goiás. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Superintendente.

Passo a palavra para o Secretário Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas, Prof. Pedro Wilson Guimarães.

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES - Boa tarde a todos os que estão aqui — a caravana de Brasília: Deputado Rubens Otoni, Deputada Erika Kokay, Deputado Reginaldo Lopes, quase futuro Ministro da Educação do Brasil.

Colega Delegado Rogério, eu fico feliz de ouvir da sua... Todo o mundo, quando vê a violência, acha que aumento de pena, criminalização e mais cadeia resolvem. Nós insistimos: o que resolve é tornar este País uma pátria educadora e investir na educação, na saúde, no trabalho e na dignidade para todos os jovens brancos, mas, principalmente, negros. Por isso, o Presidente Lula e a Presidente Dilma tiveram a ousadia de criar programas e Ministério. Sofreram críticas terríveis.

A questão da criminalização, principalmente do jovem negro, Deputada Adriana, é cada vez mais visível. Por isso, eu levanto aqui, Deputados Federais e Estaduais, um grito para que não se amorteça o crime que se praticou e se pratica em Cavalcante, na comunidade quilombola Kalunga, onde jovens, há décadas, estão sendo massacradas, exploradas sexualmente, sem que ninguém seja preso.

Por isso, na primeira Mesa, em que estavam o Deputado Rubens Otoni e outros...



Deputada Adriana, eu acho que, muitas vezes, a punição para o crime tem que ser pecuniária — pagar com os bens.

Quantas famílias negras, depois da escravidão, foram mandadas para a rua, para fora? Iam viver de quê? Estavam na miséria. Pouca gente sabe o porquê do nome “favela”. Não tem nada de favo de mel. Aliás, estão destruindo as abelhas. Foram prometidas casas para soldados que foram lutar em Canudos, contra Antônio Conselheiro — parabéns, Gláucia! —, e eles foram jogados no sopé de um morro do Rio, na favela. Por quê? Porque havia uma planta lá em Canudos que se chamava favela, fava. Hoje, inclusive, o seu fruto é muito usado para a linha de cosméticos. Daí vem o nome “favela”. Há até um filme extraordinário.

Recentemente, Deputado, houve aqui o congresso da UNE. Na época, a UNE criou o CPC — Centro Popular de Cultura, que teve autores importantes, como o ex-Deputado Aldo Arantes e também a nossa poetisa de Goiás Betinha Hermano. Então, a UNE gerou um movimento.

Há até um filme que se chama *Cinco Vezes Favela*, que registra a história do menino negro da favela que saía, na época do carnaval, sabe para quê? Para catar gato, tirar-lhe o couro e fazer um tamborim para brincar na avenida.

Eu estou aqui para dizer que o importante não é a morte, é a vida. Se a gente olhar a escala de vida, de morte de jovens negros no Brasil...

Em nome do Prefeito Paulo Garcia e de todos nós, quero agradecer aqui a presença da Ana Rita, a quem estou sucedendo na antiga Secretaria de Igualdade Racial, agora Secretaria de Direitos Humanos, e de outras lideranças, como o José Eduardo e tanta gente aqui presente.

A luta dos direitos humanos não tem propriedade, Deputada Erika Kokay. Ela é de todos nós. Mas, muitas vezes, Deputada Adriana, nós temos medo de falar de direitos humanos, porque certos programas de televisão e de rádio dizem que quem defende os direitos humanos está fazendo defesa de bandido. Lugar de bandido é na cadeia, inclusive os ricos, não só os pobres, não só os negros.

Por isso, nós nos somamos aqui a esta CPI e esperamos, Deputado Reginaldo, que o sistema nacional realmente possa produzir educação, saúde, trabalho e proteção à juventude brasileira. É por isso que, em certo sentido, eu fico aqui agora me lembrando da turma do Ateneu Dom Bosco — estudei no Ateneu



Dom Bosco; quero saudar o CESAM —, que resgata um homem que nasceu há 2 séculos, João Bosco, Dom Bosco.

Nascido em Turim, na Itália, em 1815, ele resolveu jogar a educação para os meninos de rua. Aliás, houve até um colaborador que se chamou Miguel Rua, por causa do nome. Por quê? Porque, naquela época, quem tinha acesso à educação era só a elite da elite ou aqueles que iam para o seminário, como aconteceu no Brasil.

O seminário formou gerações de professores e advogados. O pessoal que entrava no seminário, quando chegava perto de ser padre — e olhe que estou falando isso porque sou católico —, pulava fora, já estava doutor, e era tudo isso aí. Nós temos em Goiás muitos exemplos. Ainda bem que a Igreja fez isso e nunca excomungou ninguém por ter utilizado esses conhecimentos.

Quem mais tinha educação no Brasil? Aí vieram os colégios, como o Lyceu de Goiânia; aí vieram os grupos escolares. E hoje nós temos 7 milhões de universitários no Brasil. Milhões de jovens têm acesso à universidade, inclusive pela cor. Muita gente dizia que iria diminuir o nível da escola no Brasil, que a universidade iria baixar de nível por causa da entrada por cota racial. E o que mostrou a pesquisa? Que nós tivemos melhora no índice educacional brasileiro.

Então, vencemos mais uma vez o preconceito disfarçado no mérito. *“Ah, não! Tem que ser por mérito”*. Um colégio de Goiânia, particular, alto colégio — tem todo o direito quem quiser estudar lá porque paga —, quer que o vestibular aqui de Goiânia seja só para gente de Goiânia. Não, a educação brasileira é pública!

Por isso, na época da eleição, a gente disputa por partidos diferentes, mas, na hora de trabalhar pelo desenvolvimento, pela defesa da vida do jovem, principalmente a do jovem negro, o Município de Goiânia se soma ao Estado de Goiás e ao Governo da Presidenta Dilma para dizer “sim”. O Prefeito Paulo Garcia diz “sim” à luta para que nós tenhamos políticas afirmativas capazes de assegurar os direitos humanos. E um dos direitos humanos fundamentais é o de ter a vida e, depois da vida, ter acesso, chance, oportunidade de educação, de trabalho, de vida social e política.

Os índios aimarás da Bolívia cunharam uma frase com a qual eu termino a minha falar, Sr. Presidente. Estou regredindo um pouco mais. Além de falar do



negro, nós temos que falar do índio, muito escanteado por aí Os aimarás, do Presidente Evo, dizem: “*O ser humano na América: viver, bem viver, conviver*”.

Viver: nascer, ter condições de viver e crescer; depois, bem viver: ter acesso aos direitos básicos, ao bem-estar; e, terceiro, conviver com uma plateia dessas, que certamente levará essa mensagem por resposta da CPI de políticas públicas em Goiânia, em Goiás e no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Pedro Wilson.

Quero passar a palavra para o último orador desta Mesa, representante da Pastoral da Juventude — eu sou ex-pejoteiro —, Redelson Thomaz. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES - Sr. Presidente, permita-me quebrar o protocolo para fazer uma homenagem. Nós vamos esquecendo a história. Quero me lembrar do Prof. Valdir Silva, em Goiânia, do Prof. Jeferson do Carmo, da Profa. Wanda Cozetti e da nossa querida Oraida, que tanto lutou conosco pelos direitos de todos. É preciso ter memória para que possamos construir a história. (*Palmas.*)

Muito obrigado. E desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Pedro Wilson. Está tudo registrado.

Com a palavra Redelson Thomaz.

O SR. REDELSON THOMAZ - Saúdo o Presidente desta Comissão, Deputado Reginaldo. Sou Redelson, Assessor Nacional da Pastoral da Juventude do Meio Popular.

Fico muito feliz. É uma felicidade da luta perceber que foi criada esta Comissão. Em 2008, as Pastorais da Juventude do Brasil resolveram discutir essa questão do extermínio de jovens. Aí nós constatamos que havia um extermínio e que precisávamos combater isso. E aí lançamos a Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de Jovens, com o apoio da APN e de vários movimentos. Fomos às ruas mostrar que havia naquele momento um grande índice de extermínio de jovens e que eles tinham raça, endereço e sonhos também, que muitas vezes foram bulidos.



Em 2009, lançamos essa campanha. Recentemente, resolvemos tirar a campanha da rua, porque percebemos que não tem que ser mais uma campanha, tem que ser uma bandeira de luta. E aí trabalhamos não mais com o extermínio, mas com o genocídio, pelo alto índice de jovens exterminados neste Brasil.

Aqui no Estado de Goiás não poderia ser diferente. Infelizmente nós somos o primeiro na Região Centro-Oeste em índice de violência contra jovens negros e pobres. Nós somos o sexto em âmbito nacional. Isso foi dito por um Deputado Estadual desta Casa recentemente, para trazer à tona a bolsa arma, outra coisa que abominamos. Nem queríamos ter ouvido isso.

Nós estamos aqui agora para construir isso. Ficamos muito felizes com esta Comissão. E também queremos discordar. Nós achamos um equívoco o Governo achar que melhorar a segurança pública é adquirir viatura, é adquirir armamento, é construir presídio. (*Palmas.*) Isso é um equívoco. Há pesquisa que mostra isso. Em Goiás, nos últimos 10 anos, foi só aumentando o índice de violência contra jovens. Por mais que se tenha investido — vão dizer que têm investido —, o investimento está errado. Nós precisamos investir é no social, é na educação, é na cultura. É investir nesses movimentos sociais que aqui estão, que fazem um trabalho para combater essa violência. É nisso que precisamos investir. (*Palmas.*)

Dói-me muito pegar mapeamentos que já proporcionam o índice de mortalidade de jovens para os próximos anos. Para vocês terem uma ideia, um estudo diz que em 2016 mais de 40 mil jovens serão exterminados — em 2016. Já é um estudo de impacto. Aí questionamos: cadê o investimento? Que política pública de segurança é essa que só faz aumentar aqui em Goiás essa questão?

Recentemente, o jornal *Diário da Manhã* disse que os jovens negros que moram no Estado de Goiás correm risco. Aí temos companheiros que dizem: “*Olhe, eu tenho medo de dizer que sou negro. Eu tenho medo de sair na rua*”.

A sociedade está ficando refém, refém de um sistema que está falido, que é esse sistema de política de segurança que o nosso Governo Estadual vem implantando aqui. Não se pode mais ter esse tipo de investimento. É um Governo que corta recurso de uma Secretaria Estadual de Cultura — faz pior, extingue uma Secretaria Estadual de Cultura — e que vai investir em Aparecida de Goiânia, construindo mais um presídio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço silêncio para ouvirmos o Sr. Redelson Thomaz.

O SR. REDELSON THOMAZ - É um Governo que não consegue entregar um IML em Aparecida de Goiânia e que não consegue inaugurar um CREDEQ em Aparecida de Goiânia, mas que em 2 anos vai construir mais um presídio em Aparecida de Goiânia.

Então, que política pública de segurança é essa? Essa é a grande pergunta que fazemos. É investir em armamento? É investir em policial? Por que não se investe no social? Por que não se investe na juventude? Olhe a UEG como é que está hoje: sucateada. Cadê o investimento nos nossos potenciais?

Então, esse é um questionamento que fazemos. Nós não concordamos com essa política pública de segurança do Governo Estadual. Nós discordamos de alguns índices que estão saindo em pesquisa, porque estamos na base e vemos que não é isso. Para vocês terem ideia, no meu Município, a cada 10 homicídios que ocorrem lá, 9 são de jovens negros.

Todas as abordagens são feitas somente a jovens negros. Quando age, a polícia age arbitrariamente nas comunidades de periferia. Se alguma coisa acontece no grande centro, vão à periferia procurar a causa. Não é só lá que está a causa, a causa está no centro também.

Para finalizar, quero pedir aos Deputados que aqui estão que nos ajudem a aprovar o projeto do auto de resistência — que os policiais possam ser investigados da mesma forma que um cidadão comum é investigado — e que também nos ajudem nessa outra bandeira que nós assumimos contra a redução da maioria penal. *(Palmas. Manifestação dos convidados: Não, não, não à redução!)*

Nós achamos que não é reduzindo a maioria penal que se vai resolver o problema da segurança pública. Pesquisas mostram 0,3% dos jovens infratores nessa faixa etária.

Então, pedimos aos nobres Deputados que aqui estão representados que abracem essa luta conosco, que nos ajudem a defender a juventude da forma como ela merece. Queremos garantir os nossos direitos, não queremos perder direitos. Nós lutamos anos e anos para ter os nossos direitos e este não é o momento de retroceder e perder direitos.



Era isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Redelson Thomaz.

Quero agradecer à primeira Mesa. Nós vamos compor a segunda e depois vamos abrir o debate. Se puderem, peço que fiquem aqui, porque depois deve haver pergunta do Plenário. Quero agradecer a intervenção de cada companheiro e companheira. Depois, nós abriremos o debate.

Nós já enviamos às Secretarias de Segurança Pública dos Estados um pedido das estatísticas. Há até alguns indicadores deste ano.

Depois, se puder, passe-me aqueles dados que V.Exa. trouxe e estava me mostrando, Deputado Delegado Edson Moreira.

Também quero registrar que estão presentes: o representante do Conselho Estadual da Juventude, Sr. Neto Laranjeiras; a representante do Centro Municipal de Apoio à Inclusão Maria Thomé Neto, Sra. Denise; a representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Sra. Carla Máximo; a representante da comunidade quilombola Kalunga do Município de Cavalcante, no Estado de Goiás, Sra. Lucilene dos Santos; o Presidente do Centro de Juventude Cajueiro, Sr. Lourival Rodrigues; a Vice-Presidente do Diretório Estadual do PT, Profa. Kátia Maria, que esteve conosco na diligência em Aparecida de Goiânia; a Superintendente Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Sra. Marta Ivone, que também esteve conosco na diligência; o Presidente da Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, Sr. Elton Ribeiro de Magalhães; o Presidente da Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de Goiás, Sr. Jônathas Procópio; a Delegada titular da Delegacia da Mulher de Goiânia, Dra. Ana Lisa Gomes Martins; o Presidente do Centro de Referência da Juventude e membro do Comitê Gestor Municipal do Plano Juventude Viva, Sr. Aluísio Black; o representante da Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata, de Aparecida de Goiânia, Sr. Edson, que esteve conosco lá; o Diretor do CAMP — Círculo de Apoio à Aprendizagem Profissional de Goiânia, Sr. Benedito Borges.

Muito obrigado a todos. Depois vamos registrar a presença dos demais.



Quero convidar para compor a próxima Mesa a representante da Superintendência da Igualdade Racial, Sra. Ana Rita de Castro, que esteve conosco na diligência de Aparecida de Goiânia (*palmas*); a representante do Conselho Municipal de Igualdade Racial e do Comitê Juventude Viva, Sra. Roseane Ramos. (*palmas*); o representante dos Agentes de Pastoral Negros, Sr. Leandro Dias (*palmas*); o Coordenador Nacional de Entidades Negras, Sr. José Eduardo da Silva, que esteve conosco lá também (*palmas*).

Vamos iniciar com as mulheres, porque o século XXI é o século das mulheres. Não é isso?

Com a palavra a Sra. Ana Rita de Castro, por 10 minutos.

A SRA. ANA RITA DE CASTRO - Boa tarde a todas e todos aqui presentes. Este é um momento importante da nossa luta pela vida.

Quero começar saudando os meus companheiros e companheiras de Mesa. Quero fazê-lo em nome do Presidente Reginaldo Lopes, que preside, coordena esta importante Comissão que fazia parte de um clamor da sociedade. Quero parabenizá-lo por esta condução e, de antemão, agradecer, porque quando nós, da SEPPIR-Goiânia, fizemos contato com a Assessoria Parlamentar da SEPPIR da Presidência da República, colocando uma sugestão de que essa diligência viesse ao Estado de Goiás, conversamos também com o nosso Deputado Federal Rubens Otoni, que de pronto também se prontificou a ajudar. Agradeço, de forma muito carinhosa, à Deputada Federal Erika Kokay, que apresentou o requerimento para que essa diligência viesse a Goiás, atendendo à nossa solicitação. Eu quero agradecer e reconhecer a importância do seu gesto para o nosso Estado.

Quero começar falando um pouco de um trabalho que nós fizemos na Secretaria Municipal de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, da Prefeitura de Goiânia, nos anos de 2012, 2013, 2014, até o dia 3 de junho de 2015.

Goiânia é uma das capitais mais violentas do Brasil, uma das cidades mais violentas para a nossa juventude negra. Percebemos que, ao longo dos últimos 10 anos, uma coisa importante aconteceu, que foi a redução da violência e da mortalidade contra os jovens brancos, mas que aumentou em mais de 100% a violência e a morte de jovens negros oriundos da periferia de nossa cidade. Então, só para termos uma ideia do que isso significa, no ano de 2012, nós tivemos 35



assassinatos de jovens brancos em nossa capital e 337 assassinatos de jovens negros oriundos da periferia.

Devido a esse dado, conjuntamente com uma situação diagnosticada de um extremo racismo existente em nossa cidade, nós iniciamos, em 2013, importantes ações que nos permitiram desenvolver atividades educativas e culturais por toda a cidade de Goiânia, seminários e oficinas de enfrentamento ao racismo, em três edições, de uma atividade chamada Circuito da Igualdade Racial. O Circuito da Igualdade Racial, que hoje é uma ação, é uma política reconhecida nacionalmente como uma das mais importantes políticas institucionalizadas de enfrentamento ao racismo e de valorização da cultura negra.

Ao desenvolvermos o Circuito da Igualdade Racial, que envolve várias atividades, nós tivemos a oportunidade de conversar com várias entidades do movimento social, de direitos humanos, do movimento negro, de juventude que nos permitiram ter acesso a uma série de informações angustiantes da realidade da juventude em nossa capital. Fruto dessa necessidade apresentada pela sociedade sistematizada na 3ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, em 2013, a Prefeitura de Goiânia fez a adesão voluntária ao Plano Juventude Viva, do Governo Federal. Fruto dessa adesão, nós já instituímos o Comitê Juventude Viva em nossa capital. Esse Comitê é integrado por Secretarias Municipais e Secretarias Estaduais, como é o caso da Secretaria de Segurança Pública. Integram também o nosso Comitê entidades da sociedade civil. Fruto do trabalho do Comitê, nós já começamos a instituir os núcleos regionais do Juventude Viva. Já promovemos algumas reuniões em duas regiões das mais importantes para a discussão desse tema, que é a região leste e a região noroeste de Goiânia, onde os índices de violência e mortalidade são extremamente altos.

E nós realizamos, no último dia 2 de junho, um seminário, que tinha por objetivo reunir funcionários públicos e agentes sociais de Goiânia para discussão do Plano Juventude Viva, com o foco na realidade da juventude. Esse seminário contou com a participação da Coordenadora Nacional do Juventude Viva, Sra. Larissa, que esteve aqui conosco.

Nós também já iniciamos um processo, fruto de um convênio com a SEPPIR da Presidência da República, uma capacitação voltada para servidores públicos para



o enfrentamento do racismo institucional. São oficinas de 4 horas, com *kit* de material informativo, que será dirigido a todas as Secretarias da Prefeitura de Goiânia. Nós, no ano passado, já fizemos uma importante ação com a Secretaria Municipal de Educação visando à implementação das Leis nºs 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008.

Nós fizemos oficinas de capacitação com todos os gestores de escolas municipais e todos os apoios de unidade regional — são mais de 300, não é Profa. Marlúcia —, quando nós fizemos um trabalho de sensibilização visando o enfrentamento do racismo institucional e também a implementação dessas importantes leis que são importantes instrumentos para uma mudança de cultura. Nós também realizaremos oficinas com a sociedade civil, com agentes sociais, visando também ao enfrentamento do racismo dentro desse nosso projeto dentro desse convênio com o Governo Federal. De modo que nós temos hoje uma situação de institucionalização do Plano Juventude Viva, em Goiânia. Estamos no momento de fechar um diagnóstico e a construção de um plano municipal do Juventude Viva, em Goiânia, visando à redução das violências e mortes.

Quero repassar aqui ao Presidente da Comissão alguns dos materiais da Secretaria de Igualdade Racial, como o nosso relatório de gestão, que fala um pouco das ações da Secretaria — e não é possível citá-las agora — que, de alguma forma, colaboram para o enfrentamento do racismo, a superação do racismo, o material do nosso circuito da igualdade racial e outros materiais que permitem conhecer um pouco do esforço que a Prefeitura de Goiânia tem feito, que o nosso Prefeito Paulo Garcia tem feito para a superação dessa problemática.

Mas eu quero aproveitar esta oportunidade aqui, Sr. Presidente, para ser porta-voz de várias famílias que não puderam, por “n” fatores, estar aqui. E um dos fatores que impediu várias famílias vitimadas de estarem aqui é o medo.

Eu quero trazer aqui o grito silencioso de várias mães que tiveram a vida dos seus filhos retirada de forma violenta, de forma bárbara, como é o caso de um menino que morreu semana passada, na região noroeste, com mais de vinte tiros. Eu quero trazer aqui a realidade de uma jovem, de 17 anos, que também foi assassinada na semana passada, na região Noroeste, com a sua filha de 2 anos.



Mas eu quero trazer aqui o grito abafado de mães que perderam os seus filhos há muito mais tempo; de mães que perderam os seus filhos porque alguns de seus filhos foram aliciados para o mundo do crime e das drogas. E há uma coisa que eu peço a esta CPI que investigue: infelizmente, esse aliciamento conta com a presença, a participação ou a omissão de agentes da segurança pública do nosso Estado. (*Palmas.*)

Quem distribui a droga? Quem entrega a arma para menores de 13, 14 anos? Eu quero trazer aqui essa realidade, eu quero pedir a investigação disso. Eu quero trazer aqui a realidade de jovens que foram mortos há 2, 3, 4 anos, e esses casos nunca foram investigados. Eu quero trazer aqui a denúncia de como o racismo institucional decreta a pena de morte para os nossos jovens. Racismo institucional que está presente na Secretaria, nos agentes de segurança pública, mas que também está presente na saúde, também está presente na educação, também está presente na assistência.

Eu quero aqui trazer o caso do jovem Lucas, de 16 anos, que foi assassinado às 11 horas da noite, tendo chegado ao Hospital de Urgências de Goiânia, por volta da meia-noite, falando, conversando, e morreu às 7 horas da manhã sem ter tido nenhum socorro, nenhum atendimento por parte do Hospital de Urgências. Ou seja, ele passou da porta do hospital pra dentro, e, lá dentro, esse menino não teve nenhum atendimento.

Eu estou trazendo o caso desse rapaz, que é emblemático, porque esse rapaz representa uma série de outros jovens que ali também adentraram e não tiveram o socorro prestado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Ana.

A SRA. ANA RITA DE CASTRO - Eu quero trazer aqui o caso de outros jovens que foram assassinados, e não foram investigadas as suas mortes. Trazem a situação de que eles ou foram mortos por outros jovens, ou que eles...

Um caso muito comum é o de dois homens que, numa moto, passaram e mataram diversas pessoas, diversos jovens em nossa cidade, em todo o Estado. Mas em nossa cidade mais.

Eu quero trazer aqui o caso de um jovem — e eu quero trazer esse caso representando também tantos outros casos, porque o tempo aqui não seria



suficiente para relatar todos os casos nossos — que foi assassinado no dia 22 de dezembro de 2012. E tanto ele quanto a família dele receberam várias ligações, com voz de pessoas adultas, dizendo que ele iria morrer, que ele iria se encontrar com os seus outros colegas que já haviam sido assassinados. Tanto ele quanto a mãe e quanto a tia receberam vários telefonemas, dizendo que esse jovem iria ser assassinado. Uma verdadeira tortura para as famílias.

Eu quero trazer aqui o caso, a denúncia da forma como as mães, sobretudo as mães, são tratadas por agentes de segurança, quando as famílias chegam às suas casas, muitas vezes para procurarem os seus filhos para levá-los presos ou para extorqui-los. Essas mães são violentadas de forma física, verbal e também simbólica, em razão da forma como a abordagem é feita.

Eu quero pedir aqui às autoridades do nosso Estado e da CPI que averiguem a forma como isso está acontecendo nas periferias de Goiânia.

Por último, eu quero trazer aqui o clamor silencioso dos jovens que morreram sem nunca terem cometido um ato de infração, nunca terem cometido uma ação ilegal, mas por morarem na periferia, por serem negros foram assassinados.

E aí eu quero trazer aqui o caso do Marcelo, do Parque Amazônia, que nunca teve nenhum envolvimento com drogas, mas, mesmo assim, foi assassinado. Trago este caso representante, porque são inúmeros os casos de jovens que não têm nenhum envolvimento, nenhuma passagem pela polícia, não cometeram nenhum ato infracional, mas, mesmo assim, foram mortos, e seus casos nunca foram investigados.

Então, eu quero trazer, agradecer a oportunidade de ter tido essa fala para trazer, além da minha fala de gestora, a fala de uma mulher que sofre com esse grito silenciado de mães que são caladas na própria Corregedoria, quando querem fazer a denúncia, onde são alertadas que elas vão fazer uma denúncia numa corregedoria, mas que a Corregedoria não pode lhes dar nenhuma proteção, e elas são obrigadas a se calar. Então, é em nome delas que eu quero falar aqui nesta CPI.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Ana Rita de Castro.



Eu quero informar que os interessados em usar a palavra, nesta audiência, por 3 minutos, devem se inscrever junto à Secretaria da Comissão. O Robson já está fazendo as inscrições.

Antes de passar a palavra para a Roseane Ramos, eu quero dizer para a Ana Rita que as grandes vítimas da violência no Brasil, em relação a jovens negros e pobres, são as mulheres. São as mães, são as avós, são as viúvas que buscam, por todo canto, em especial nas periferias, apoio, reparação de danos e geralmente o Estado nunca está presente.

O caso Amarildo, no Rio de Janeiro, é um caso emblemático, porque quando o Estado chegou até a família do Amarildo foi para condenar a Dona Elizabeth, esposa do Amarildo, por abandono de menores, sendo que o Estado, perto de um crime, de um assassinato, de uma morte acompanhada do desaparecimento do Amarildo, de um pai que tinha quatro filhos, o Estado, sequer, teve uma reparação. Além de não ter tido reparação, como o Pedro Wilson colocou, econômica, também não teve reparação do ponto de vista psicológico e social.

Então, é evidente que uma das tarefas desta CPI é também ter uma política muito definida em relação às mulheres negras, cuja ampla maioria é de viúvas, que tende o Estado reproduzir o ciclo da pobreza, ou seja, elimina o seu companheiro, o filho, aquela esperança daquela comunidade e, ao mesmo tempo, não dá nenhum tipo de apoio e tende-se a repetir o modelo. Portanto, temos muitos desafios pela frente.

Quero dizer também que nós temos um portal no *site* da Câmara dos Deputados no edemocracia.com.br, temos os fóruns de debates, daqui a alguns dias nós vamos ter os projetos preliminares, em formato de relatórios preliminares, que vamos apresentar ao término dos trabalhos da CPI. Nós voltaremos aos Estados para discutir o texto da emenda constitucional, o texto do plano nacional de metas de enfrentamento aos homicídios. Nós queremos, Roseane Ramos, constitucionalizar o Juventude Viva, não o programa, mas as metas, não mais como um programa do Governo da Dilma Rousseff, mas um programa do Estado brasileiro pactuado com todos os Estados e Municípios na ação preventiva do enfrentamento a homicídios, porque nós precisamos deixar os jovens vivos. (*Palmas.*) Este é o desafio da sociedade brasileira.



Então, nós queremos discutir essas metas, essas diretrizes através de uma comissão especial com os movimentos, com a sociedade, com todos os Poderes, com todos os entes da Federação e queremos também fazer um marco legal das medidas de proteção das pessoas ameaçadas de vida, porque hoje é muito frouxa a nossa atual legislação. Então, queremos unificar todos os programas. E várias outras iniciativas, outros projetos que serão apresentados.

Então, eu quero aqui assumir esse compromisso de estar debatendo. Nós vamos ter uma comissão especial nesta Casa que estará discutindo o seu plano estadual e também estará dialogando ou com a CPI ou com a comissão especial da emenda constitucional, do plano ou de outros projetos.

Com isso, eu passo a palavra para a Roseane Ramos.

A SRA. ROSEANE RAMOS - Boa tarde! Quero cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta Comissão, e este plenário maravilhoso, cheio de pessoas de luta, companheiros e companheiras de estrada.

Quero cumprimentar a Profa. Rosana, companheira de profissão e do Conselho Municipal de Igualdade Racial. Em nome da Profa. Rosana, cumprimento a todos e a todas aqui presentes.

E dizer que para nós, para mim em especial, mulher, negra, mãe do movimento negro é uma felicidade guerreira participar deste momento, no Estado de Goiás, que é um momento histórico para nós, porque o movimento negro, há anos, tem sinalizado um monte de coisas e, com isso, nós temos conquistado, sim, avanços. Nos últimos anos, nós tivemos avanços, mas ainda temos grandes desafios.

Eu gostaria, para iniciar a minha fala, de fazer uma pequena reflexão com vocês. Eu gostaria que vocês me respondessem duas perguntas. A primeira pergunta: quem aqui acredita que existe racismo no Brasil levanta a mão. *(Pausa.)* O.k. Obrigada. Quem é racista? Quem se considera racista levanta a mão? *(Pausa.)* Este é o nosso grande problema. Nós precisamos por o dedo na ferida. É disso que nós estamos falando.

Eu não tenho a menor dúvida que nós vivemos numa sociedade extremamente racista, machista, homofóbica, mas, extremamente racista. Uma



sociedade que foi estruturada, as nossas relações foram totalmente estruturadas com base na desumanização de pessoas, hierarquização de pessoas.

Então, quando esta Casa para uma tarde para discutir, para ouvir relatos e para poder pensar em políticas públicas efetivas para a juventude negra, que está sendo, sim, exterminada, para além dos dados, para as pessoas que nós convivemos, para quem anda aí na periferia, para quem encontra com outras pessoas em vários lugares dentro das escolas, em várias instituições, nos espaços de lazer, cotidianamente a gente escuta histórias de extermínio da juventude negra. Então, a violência tem cor, o presídio tem cor. Basta a gente tirar essa venda dos nossos olhos, desmistificar o mito da democracia racial que foi criado, segundo o qual todos nós somos iguais. Isso é mentira. Nós não temos os mesmos direitos. Nós não temos.

Ser negro no Brasil é muito difícil. Não é fácil sobreviver ao racismo imposto em todos os momentos, desde a hora em que você acorda até a hora em que você vai dormir — não é fácil. Então, é preciso reconhecer-se racista, reconhecer que nós vivemos numa sociedade racista, e daí a importância de várias ações institucionalizadas de combate ao racismo. Então, isso é necessário.

Nós temos avanços, como a Lei 10.639, que nada mais é do que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é a lei maior da educação nacional, e foi a primeira lei assinada pelo Presidente Lula, em 2003. E não foi por bondade, não. É pelo clamor do movimento negro, que vem indicando que a população negra neste Brasil é maioria — nós somos maioria, mas nós somos minoria em termos de direitos.

Então, nós temos várias ações afirmativas na educação, como a implementação da nossa história e da nossa cultura, que são negadas. A nossa história é negada. Nós somos completamente... Eu quero retomar aqui uma fala da querida Deputada Erika Kokay, quando ela disse da nossa desumanização simbólica. É fundamental compreendermos isto: que nós somos mortos todos os dias. Existe a morte simbólica da população negra. Nós, em momento nenhum, temos a possibilidade, a oportunidade de esta sociedade racista nos reconhecer como pessoas, fazer uma criança negra se sentir valorizada, amada, com



autoestima positiva, com valor de pertencimento a esta sociedade, porque tudo, para nós, é negativo, tudo a nosso respeito é negativo.

Eu quero dizer que é disso que nós estamos falando, quando eu provoço vocês a pensar nessas duas perguntas: nós reconhecemos que existe racismo no Brasil, mas nós não identificamos os agentes. Então, existe algum problema aí e esse problema é o racismo, que nós não conseguimos identificar, porque é ruim ser racista. Ninguém quer se autoidentificar como racista. É um sentimento ruim para quem provoca. Agora, imaginem para quem é vítima do racismo cotidianamente em todos os espaços: dentro de casa, porque não é culpa da família, é porque nós não aprendemos outra forma de nos relacionar que não seja hierarquizando, que não seja colocando o outro na condição de subalternidade, que não seja colocando as pessoas negras de forma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Só peço silêncio para garantir a fala da nossa oradora.

A SRA. ROSEANE RAMOS - Então, é nessa condição. É essa a reflexão que eu gostaria de trazer a vocês: dizer que racismo é crime. Vocês receberam aí. Nós temos uma campanha, e eu, como educadora, professora, estou nos ambientes educacionais, trabalho com formação. E é uma coisa que nós precisamos, porque Mandela já dizia que a educação é a arma mais poderosa para a gente enfrentar o racismo.

Então, nós precisamos, sim, reeducar a sociedade brasileira. Exige-se uma reeducação imediata da sociedade brasileira, reconhecendo o racismo. E não basta só reconhecer o racismo. É reconhecer e fazer o que nós estamos fazendo: trazer políticas públicas efetivas de enfrentamento ao racismo e penalizar os racistas, porque racismo é crime. Não é injúria racial, não é nada menor e menos doloroso. É crime. Tem que ser denunciado e tem que ser punido.

Então, quando trago aqui a questão da importância de políticas públicas efetivas, eu gostaria de chamar a atenção para uma questão e fazer um questionamento: por que o Estado de Goiás ainda não fez a adesão ao Plano Juventude Viva? (*Palmas.*)

Nós precisamos pensar, refletir e, mais uma vez, tocar o dedo na ferida, porque existe aí uma proposta, um plano, um programa que tem dado certo, e está



sendo feita uma adesão com suas ações. Nós precisamos garantir que o Estado de Goiás faça a adesão a esse programa, porque nós temos que dar o direito e a garantia.

Infelizmente, os dados mostram isso, e a gente não pode questionar, não tem como questionar, não tem como dizer que não existe um genocídio da juventude negra. Temos de dizer quais são as ações para a educação, para a saúde, para a segurança pública e onde nós temos que reverter essa ordem, essa norma que traz esse extermínio efetivo de retirada da vida. Eu estou falando também dessa morte que vai fazendo com que nos tornemos cada vez mais invisibilizados.

Vou fazer mais uma observação. Eu comecei a falar da importância de algumas ações, e nós vamos citar a importância do Estatuto da Igualdade Racial, da aprovação das cotas raciais nas universidades federais, como bem o Prof. Pedro Wilson lembrou, e, agora, recentemente, da reserva de 20% de cotas para concurso público federal. Essas são reparações, sim, são políticas públicas de reparação, não é bondade, não estão fazendo favor algum, só estão reparando um erro histórico cometido contra a população negra.

Agradeço a oportunidade de participar e me coloco à disposição para o debate. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Roseane Ramos.

Com a palavra, representando os Agentes de Pastoral Negros, o Sr. Leandro Dias.

O SR. LEANDRO DIAS - Boa tarde a todos e todas!

Queria iniciar esta audiência cumprimentando, Sr. Presidente, duas pessoas que são de extrema importância para mim e para a minha vida, e uma delas é a Tia Nete. Para quem não conhece a história da Tia Nete, eu sou um jovem trabalhador do Cidadão 2000 e, aos 10 anos de idade, vendia laranjinha no terminal, depois, aos 12 anos, subi de cargo e fui vender jornal, e a Tia Nete era uma das minhas monitoras e sempre teve um acompanhamento muito forte comigo e com a minha família. Então, ela tem uma importância significativa na minha vida, mesmo, na minha história de luta. *(Palmas.)* Depois, eu fui reencontrá-la na luta do Movimento Negro, e ela me ajudou bastante.



A outra pessoa é a Neuza Maria, minha coordenadora estadual dos Agentes de Pastoral Negros. (*Palmas.*)

Eu falo que sou um homem vivo e passei dos 30 anos nesse estado graças aos Agentes de Pastoral Negros e à Pastoral da Juventude do Meio Popular, que salvou minha vida um dia e me fez compreender como um jovem teria a capacidade de passar dos 30 anos nesse estado, o que é muito difícil.

Queria saudar todos vocês em nome dessas duas mulheres guerreiras, que contribuíram muito para a minha vida.

Queria contextualizar um pouco sobre essa luta histórica. Eu acho que tanto o Plano Juventude Viva quanto esta CPI são uma luta histórica do Movimento Negro e do Movimento de Juventude.

Em 2007, o Encontro Nacional de Juventude Negra, que aconteceu na Bahia, fez uma denúncia à ONU dizendo que a juventude do Estado brasileiro estava sofrendo um extermínio, que se deu o nome, inclusive, de genocídio da juventude negra — isso em 2007, nós estamos em 2015. Então, para você ver o quanto a gente gritou, gritou, gritou e apenas em 2015 a gente conseguiu abrir uma CPI de extermínio contra a juventude negra.

Então, a nossa luta é muito árdua. E aí eu também quis fazer a tarefa de casa neste final de semana. E eu fui relembando alguns jovens que são próximos de mim e que morreram. E aí, eu não sei se por coincidência ou não, todos eles são jovens negros e que eu conhecia desde criança, de jogar bola, de jogar videogame, de ir na casa, de assistir televisão, de tudo isso. E falo para vocês que isso mexeu muito comigo, de fazer essa lembrança.

Porque assim, todos eles... Foi anunciado na imprensa daquela forma que vocês já conhecem. Jovem foi baleado tal, tal, tal, tal, tem envolvimento com drogas. A pessoa não sabe o nome do jovem, mas que ela era suspeita que tinha envolvimento com droga, isso a imprensa sabe. Eu não sei como que ela adivinhou isso, mas isso ela sabia.

E eu queria trazer aqui três jovens que foram desse jeito. Queria trazer o caso do Robério dos Santos, que era um jovem que morava na minha rua, que, depois de adulto já descobriu um pequeno distúrbio mental, que precisava tomar remédio e tal, essas coisas todas, e que morreu às quatro horas da tarde ao lado de um campo de



futebol do meu setor. E as pessoas sabem que foi um policial, mas que ninguém tem coragem de investigar.

Eu queria trazer o caso do Janilson, que morreu às 7 horas da noite, num domingo também, dessa mesma forma, Ana, com um motoqueiro, com mais um, passou, atirou e tal. E o do Alan Alves, que é filho de um companheiro nosso, o Catita, um grande artista que resiste aqui com o *hip hop*, que é parceiro do nosso companheiro Black aqui, que tem um trabalho fantástico no CRJ, um trabalho de resistência. Ele ocupou um espaço aqui, Deputado, um hotel abandonado, do Tucano. Era aquele Tucano Hotel. E esse espaço estava abandonado e ele ocupou. E, com muita garra, muita luta também do movimento juventude aqui, hoje, ele faz esse espaço, é um espaço de vida, um espaço de resistência para a vida da juventude.

E todos esses jovens morreram dessa forma. E aí, gente, é triste a gente falar de morte aqui. Eu sei que muitos dos Deputados naquela Casa acreditam que isso é uma grande coincidência e que a gente está... Estamos doidos, que isso não existe, que racismo não existe e que a gente está querendo demais. A gente já conseguiu adentrar na universidade, agora, com as cotas, e agora quer falar da vida daquele bando de bandido que morreu.

E aí eu queria falar agora diretamente para o nosso representante da segurança pública, o Superintendente. Eu só vou acreditar numa lógica de segurança pública quando um policial militar compreender de fato o que são os direitos humanos. (*Palmas.*) A lógica de direitos humanos que a nossa Polícia Militar vê aqui neste Estado é sempre a lógica do senso comum. E qual é a lógica do senso comum? É defender bandido, é defender preso. É só essa lógica. E eu quero dizer para o senhor que é também defender essas pessoas que também têm o direito de estar em uma cadeia que possa lhe proporcionar a possibilidade de repensar a sua vida, a sua lógica de vida. Isso é direito dessas pessoas, porque essa lógica que está aí não serve mais.

Quero dizer para vocês que a segurança pública, tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil, é para a defesa das leis. Não é isso? A gente precisa defender as leis. Eu queria saber o seguinte: qual é o policial militar que sabe que existe o Estatuto da Igualdade Racial? Qual é o policial militar que sabe que existe o Estatuto



da Juventude? É essa lógica que a gente tem que repensar. Eu fico muito chateado quando vejo programas, como o programa *Crack, é possível vencer*, serem usados para comprar viatura de polícia, para comprar arma para a polícia.

Nós temos um projeto aqui, chamado CREDEQ. A minha companheira, quando eu bebo uma cervejinha, fala: “*Tem que parar de beber; tem que parar de beber*”. Eu falo assim: “*Não, fica tranquila, porque o CREDEQ vai me ajudar caso eu...*” Só que a lógica do CREDEQ vem desde o segundo mandato desse Governador, e nós estamos indo para o quarto mandato desse Governador. E o CREDEQ poderia ser um espaço de vida. A gente poderia salvar um monte de jovens aqui. Goiânia também, além de tudo isso que o Redelson, a Ana Rita e a Roseane falaram, bate outro recorde: o recorde de extermínio de moradores em situação de rua. (*Palmas.*)

Então, nós temos que compreender qual é a lógica de segurança pública que a gente quer. É essa lógica que, quando um policial vai lá e mata uma pessoa... Aqui em Goiás, quando um policial mata uma pessoa, ele recebe uma medalha, ele recebe uma premiação. Então, que lógica é essa? É assim que a gente vai tratar a vida dos nossos jovens? Eu faço muito essa discussão. Eu tenho cada vez mais saído daqui do centro e tenho participado mais da discussão na periferia, no local onde eu moro, para mostrar para as pessoas que existe outra lógica, que não dá para a gente viver nessa lógica do chumbo grosso, que quanto mais sangue...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para concluir.

O SR. LEANDRO DIAS - Quanto mais sangue — e já vou concluir — melhor.

E toda essa desconstrução do racismo perpassa por isso aqui. Ela perpassa pelo Estatuto da Igualdade Racial — e as pessoas precisam compreender que existe isso aqui —, pelo Estatuto da Juventude, e, por isso, a gente está fazendo: capacitação dos servidores públicos. A segurança pública tem que pensar outra lógica de capacitação dos servidores públicos.

A Roseane falou uma coisa muito certa aqui que nós pactuamos o Plano Juventude Viva, mas a maioria das ações do Plano de Juventude Viva tem uma dependência muito grande do Estado. O Estado precisa pactuar o Plano de Juventude Viva para a gente fazer esse enfrentamento a cada dia.



Preocupa-me muito quando a gente perde a lógica de polícia comunitária. Eu já tinha preocupação com esse modelo de polícia comunitária que a gente tem em Goiás e, agora, eu me preocupo mais ainda.

Eu vou trazer aqui mais uma experiência da minha região, Delegada Adriana Accorsi. Lá nós temos o 14º CIOPS. O pessoal quer tirar o 14º de lá para transformar numa delegacia única no Jardim Novo Mundo. Então, é novamente a polícia mais distante ainda da sociedade.

A lógica de polícia comunitária está totalmente vencida aqui no Estado. A gente tem que repensar um novo modelo. Estão aqui o Fábio Fazzion e o ex-Deputado Mauro Rubem, que faziam uma discussão muito grande em cima das pautas da Conferência de Segurança Pública. A gente não conseguiu fazer com que se implementasse o que a gente tirou das pautas de segurança pública neste Estado. E a gente precisa repensar, porque a Conferência de Segurança Pública foi discutida por vários setores da sociedade, como os comerciantes, a sociedade civil, a polícia, todo mundo. Então, foi um grande acordo. Eu acho que, para a gente avançar, a gente precisa repensar essa lógica de segurança pública.

Agradeço muito a participação, eu estou muito feliz e, desde ontem, estou muito pensativo, porque a expectativa para que esta audiência pública dê resultado de fato é muito grande por parte do movimento negro, por parte do movimento de juventude, viu? A gente agradece muito.

Obrigado, Deputado. Obrigado, Deputado Rubens Otoni, que é o nosso grande guerreiro, o nosso embaixador de Goiás na Câmara Federal.

Obrigado, Deputada Erika Kokay, que sempre nos ajudou aqui, uma grande parceira da gente. E obrigado a todos e todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós que agradecemos, Leandro Dias, sua participação aqui na CPI conosco.

Passo a palavra para o Sr. José Eduardo da Silva, que é Coordenador Nacional de Entidades Negras do Brasil.

O SR. JOSÉ EDUARDO DA SILVA - Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes. Eu falo pela Coordenação Nacional de Entidades Negras — CONEN, que é uma instituição do movimento negro que atua desde o início dos anos 90 e é oriunda do MNU — Movimento Negro Unificado, que foi a principal ferramenta dos movimentos



negros no Brasil contemporâneo em relação à denúncia do racismo na sociedade brasileira.

Então, eu queria agradecer a V.Exa. a oportunidade de falar aqui, mas também queria lembrar aqui o companheiro Deputado Federal Rubens Otoni, que, de fato, fez um empenho para que esta audiência pudesse acontecer, e eu sei que as ações vão acontecer.

Quero agradecer também a presença da Deputada Delegada Adriana Accorsi, que é Presidente da Comissão de Segurança Pública aqui, companheira combativa e que sempre está junto com todos nós nessa luta.

Quero agradecer à Deputada Erika Kokay, a quem nós havíamos feito o convite para vir à Conferência de Direitos Humanos. Agora, o Secretário é o Pedro Wilson, e sei que Pedro Wilson vai reforçar isso aí para que você possa estar junto conosco aqui em Goiânia, na Conferência Municipal.

Quero lembrar aqui alguns companheiros importantes, como o pessoal da Rede de Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres em Situação de Violência, da Secretaria Municipal de Educação, a companheira Rosenilda, Abadia, Lucinete, que aqui estão presentes, José Ilton, Presidente do Conselho Tutelar da Região Noroeste, Aluísio Black, Presidente do CRJ — e o Leandro lembrou muito bem aqui a luta que foi empreendida por vocês lá, Black, pela juventude —, Isabel Cristine, que é membro do Coletivo Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores, que também está aqui presente.

Quero agradecer a presença do Deputado Delegado Edson Moreira e por estar contribuindo também para que este debate democrático possa, Deputado Edson, permear a sociedade brasileira. Eu acho que é muito importante.

Por fim, agradeço a tantas pessoas importantes aqui presentes, como Paulo Vitória. Eu queria atentar à minha fala, mas peço desculpas às demais pessoas as quais eu não tenha citado, porque só tem lideranças aqui, só tem gente importante, de peso, como a Profa. Malu, lá da PUC, por exemplo — e não vou citar nomes, porque, senão, acabo cometendo injustiças —, e também a Sra. Rosana Santana, e por aí vai.

Bom, eu queria dizer que nós tivemos no Brasil momentos importantes. O primeiro, é claro, foi o descobrimento do Brasil. Durante esse processo, na chegada



dos negros ao Brasil, todo mundo sabe que essa população veio para cá escravizada. Ela veio na condição de força de trabalho e não proprietária da sua força de trabalho.

Nós tivemos, ao longo da colonização do Brasil, exatamente em 1822, um tratado assinado pelo Governo brasileiro com a Inglaterra, em que o Governo do Brasil pedia que a Inglaterra reconhecesse a independência do Brasil em relação a Portugal. A Inglaterra assinou o tratado, e daí foi criado aquele famoso dito popular: *“Isto é para inglês ver”*. E, somente em 1888, houve, de fato, a abolição da escravatura no Brasil. Em alguns Estados, como no Piauí, por exemplo, ocorreu a primeira abolição no Brasil.

A Lei do Ventre Livre, nesse processo, também é importante ser lembrada, porque, há alguns anos, eu pensava que a pessoa, ao nascer livre no período da escravidão no Brasil, a partir dessa lei, estava livre. Mas não era assim não, Deputado. A pessoa nascia escrava, e, depois dos 21 anos de idade, na condição de escrava, o proprietário de escravo podia chegar à Monarquia e dizer: *“Olhe, eu estou com essa pessoa, ela tem 21 anos e eu vim receber a minha indenização”*. Aí a Monarquia indenizava o proprietário de escravo. Caso isso não acontecesse, essa pessoa tinha que trabalhar mais 5 anos de sua vida na condição de escravo. Ou seja, a Lei do Ventre Livre de fato libertaria a pessoa com 26 anos.

Um pouco mais à frente, tivemos a Lei do Sexagenário, para pessoas que chegassem aos 60 anos de idade, Redelson, mas, na verdade, não ficavam livres com 60 anos de idade também não. Mas a Monarquia tinha que indenizar o dono de escravo. Caso não indenizasse, essa pessoa tinha que trabalhar mais 3 anos da vida dela na condição de escravo. Bom, aos 60 anos no período de escravidão, era quase impossível que alguém sobrevivesse.

Nós tivemos um pouco mais à frente, em 1888, a abolição da escravatura. Os donos de escravos, naquela época, revoltados, chegavam à Monarquia e falavam: *“Olhe, agora, vocês vão me indenizar ou não?”* A Monarquia dizia: *“Não, nós não vamos indenizar”*. Aí o que aconteceu? Os donos de escravos apoiaram os republicanos e expulsaram a Família Real, 1 ano depois, do Brasil.

Então, um projeto de nação de inclusão dos negros no Brasil até hoje nós não temos. Nós tivemos, um pouco mais à frente — e até foi bom porque eu estava na



audiência pública hoje de manhã e ouvi algumas pessoas falarem disso —, uma lei aqui, em 1968, chamada Lei do Boi. O que era a Lei do Boi? Era uma política de cotas para filho de proprietário de terra. Então, como funcionava isso? Você era filho de proprietário de terra, e um dos critérios para você ter acesso à universidade pública e gratuita no Brasil era ser filho de fazendeiro. E essa lei, a Lei do Boi, perdurou até 1988, se eu não estou enganado.

Um pouco mais à frente, com muita luta do Movimento Negro Brasileiro, nós criamos a SEPPIR — Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Com a construção da SEPPIR, pudemos promover o debate nos entes federados, Estados e Municípios, para construção de políticas de promoção da igualdade racial.

Então, com esses dados aí, eu queria falar um pouco de alguns dados relacionados à minha passagem pela Prefeitura de Goiânia. No ano de 2010, nós fizemos um levantamento chamado Declare sua Cor. Em 2010, Prof. Pedro Wilson, nós tínhamos, na Prefeitura de Goiânia, 0.67% de trabalhadores negros que se declaravam negros, num contingente de 50 mil trabalhadores, ativos e inativos, na Prefeitura de Goiânia.

Depois desse projeto Declare sua Cor, junto à Secretaria — e não era gestão de pessoas —, fizemos um levantamento em 2010. No recenseamento, que foi promovido pela Prefeitura, saiu de 0.67% para 0.8%, em 2011, o percentual de trabalhadores negros na administração.

Então, o Estatuto da Igualdade Racial ainda, na sua implementação, precisa discutir, por exemplo, não só na Prefeitura de Goiânia, mas nos entes federados, políticas públicas, como é o caso de cotas para negros nas organizações. Estou fazendo a defesa dessa política porque eu acho que ela é muito importante, para que a gente, de fato, possa promover oportunidades, porque, se a Lei do Boi lá atrás promoveu oportunidade para filhos de fazendeiros, então, ainda, nós temos dívidas em relação às políticas afirmativas no Brasil. E elas só foram possíveis a partir da construção das políticas de cotas, por meio da criação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. E isso a partir de 2003 exatamente.

A cada 2 horas, nós temos um índice de aproximadamente cinco jovens negros assassinados. Isso vai pressupor, segundo os dados, que nós vamos perder



30 mil jovens negros no Brasil, por ano, vítimas da violência, entre elas, a principal violência, a violência por meio da bala.

Nós temos ainda outra questão. Eu participei de um debate com um Deputado aqui que defende a redução da maioridade penal. Ele fez vários questionamentos e eu lhe fiz uma pergunta, mas ele não deu conta de respondê-la. Então, eu queria trazê-la para cá também. Era uma pergunta em relação às políticas públicas.

Eu trouxe os dados de que uma pessoa encarcerada custa 1.800 reais presa, enquanto que um estudante, na escola pública, custa 227 reais. Então, 227 reais comparados a 1.800 reais, o que é mais interessante para o Estado? Não seria mais interessante investir em políticas públicas do que em políticas para encarceramento de pessoas? Eu fiz esse questionamento para ele.

Há uma experiência de uma Prefeitura do Ceará, em que o Prefeito, para reduzir a evasão escolar, ofereceu para os estudantes que ali estavam presentes um bônus. Cada dia que frequentassem a aula, ganhavam 1 real, e a evasão escolar acabou. Houve um grande índice de aprovação daqueles estudantes, um interesse maior pela escola, veja bem, por 30 reais. Com isso, a gente vê os dados do Bolsa Família e percebe a importância que isso tem tido na vida — e eu falo de políticas públicas — das famílias pobres brasileiras, sobretudo das famílias monoparentais, que são comandadas por mulheres. Então, o que os dados mostram é que é muito importante que as políticas públicas continuem sendo implementadas.

Segundo o PNUD, dos 21 milhões de jovens no Brasil atualmente, 0,013% de jovens cometeram atentados contra a vida. O percentual é menor que 1%. No sistema carcerário brasileiro, de cada mil pessoas presas, 70%, ou seja, 700 pessoas dessas mil, voltam a cometer novos crimes. Veja bem, de cada mil pessoas presas, 700 voltam a cometer novos crimes. No sistema socioeducativo, é exatamente o contrário. Quando são aplicadas medidas socioeducativas aos jovens, ocorre exatamente o contrário, ou seja, de cada mil jovens, menos de 30% volta para algum tipo de crime. Ou seja, o investimento em políticas afirmativas mostra que é o melhor caminho para que a gente possa conversar e dialogar com essa juventude.

Ainda dentro dessas informações, eu também queria fazer o registro das importantes políticas que vêm sendo construídas pelo Governo Federal. Acho que



nós conseguimos, nesse processo, a questão da redução de um grande número de pessoas que no País passavam fome. Diga-se de passagem, nos anos 70, nós tivemos no Brasil, aproximadamente, 10 milhões de pessoas que morreram de fome em nosso País. Isso não foi fora não, foi no Brasil.

Então, as políticas afirmativas, as políticas públicas, vêm cometendo acertos. Para fazer isso, claro, Isabel Cristine, é preciso fazer distribuição de renda, é preciso mexer exatamente na estrutura do sistema econômico, com aqueles e aquelas que ainda não querem ter um País mais colorido.

Então, eu queria dizer com isso que a redução da maioria penal em nosso País é somente uma forma de punirmos as principais vítimas, que são os jovens do Brasil.

Eu acho que a CPI, Deputado, vem nos ajudar, em Goiás, não somente para fazer uma reflexão local, mas trazer para a sociedade o debate político no sentido de que sociedade nós queremos. Nós queremos uma sociedade que puna os seus jovens ou nós queremos uma sociedade que dê condições e oportunidades para a juventude?

Nesse sentido, eu acredito que os organismos que foram criados no Brasil, os organismos de promoção da igualdade racial, precisam receber apoios, obviamente, e de um negócio chamado cofinanciamento.

Veja bem, aqui em Goiânia eu estava à frente da Coordenação do Comitê Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua, e acompanhamos alguns casos na casa de acolhida e algumas dificuldades. Goiânia acaba concentrando todos os problemas da região metropolitana, porque é a capital, e as pessoas precisam ter acesso à saúde e à assistência, então, elas vêm para a capital. Mas o cofinanciamento, por parte do Estado, acaba não influenciando nas políticas públicas da cidade de Goiânia, ou seja, o Município acaba pegando os problemas, não só da região metropolitana, mas também de algumas partes do Brasil.

Isso nós precisamos reverter; ou seja, Dra. Gláucia, é preciso ter um pouco mais de engajamento também do Governo do Estado de Goiás, da União, claro, da Prefeitura também de Goiânia, da Prefeitura de Aparecida, dos entes federados, mas as mudanças que nós esperamos só virão a partir do momento em que as



políticas públicas forem trabalhadas de forma mais integrada entre os entes federados, independentemente de coloração partidária, para fazer com que essas políticas possam acontecer.

Por fim, eu queria lembrar também que está em andamento um debate que se iniciou no ano passado, com muita dificuldade, que foi a construção do primeiro Plano Municipal de Direitos Humanos da Cidade de Goiânia. Este ano a nossa meta era levar a proposta do plano que foi feito. Fizemos 30 conferências municipais, conferências livres e levamos essas 30 conferências para os bairros, discutindo com a população políticas de direitos humanos. A partir do debate feito com essa população e da criação do plano — estou dialogando com o Prefeito Pedro Wilson, agora Secretário de Direitos Humanos —, a ideia é fazer com que, na conferência dos Direitos Humanos, a Prefeitura de Goiânia possa ter o primeiro plano municipal discutido com a população.

Então, isso é uma forma de democratizar, é uma forma de levantar os problemas a partir do olhar da população e é um instrumento para que possamos corrigir também as desigualdades sociais que ainda existem e, com certeza, em função do modelo econômico no qual nós vivemos, muito acontecerá ainda, mas isso não nos impede de continuar lutando pela sociedade em que nós acreditamos, que é uma sociedade cada vez mais justa, democrática e que gera oportunidades para todos e todas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu que agradeço a intervenção. Quero agradecer aos componentes da Mesa e quero convidar os membros da CPI, porque nós vamos abrir agora para as intervenções do Plenário. Nós temos aqui 12 inscritos. Então, nós vamos garantir 3 minutos, com tolerância de até 4 minutos. Mas, antes, quero agradecer a presença e a contribuição.

Também quero dizer que todos e eu, pessoalmente, temos trabalhado muito pela não redução da maioria penal, evidente, porque acho que não temos informações precisas para esse debate. A sociedade é contaminada por um senso comum, até porque um dos trabalhos desta CPI é armazenar o sistema de estatística sobre segurança pública criado pelo Ministério da Justiça. Hoje, os gestores não têm responsabilidade com essa informação, na ampla maioria. O



representante da Secretaria, Delegado Rogério, colocou que eles mensalmente, com muita transparência, têm informado, mas, na ampla maioria do Estado, temos muitas dificuldades, há subnotificações e dificuldades de informações. Então, é evidente que nós temos que nos aprofundar na melhoria dos dados e da informação.

Mas o que nós sabemos é que o Estado precisa honrar o ECA. Infelizmente, os Estados não cumpriram a sua parte do ponto de vista das medidas socioeducativas, até a União mesmo, por isso nós queremos um sistema compartilhado. A União tem que ser parceira, os Municípios têm que ter responsabilidade compartilhada. O nosso ECA prevê sanções a partir de 12 anos, de 12 até 18 anos. Na verdade, nós condenamos mais os adolescentes jovens do que os adultos, primeiro porque, para crime contra a vida, só 3% são presos, 8% são elucidados e 3% são condenados, mesmo sendo crime contra a vida. Não estou falando de crime contra o patrimônio, mas para crime contra a vida — que é o debate sobre graduar ou não a pena no ECA, ou mudar, de maneira inconstitucional, uma cláusula pétrea da Constituição para imputabilidade —, nós já condenamos a partir dos 12 anos.

Um adulto condenado — quando é condenado, porque só 3% são condenados e pagam pena por homicídios — em um homicídio simples fica 1 ano, não é isso? Reduz, se ele for primário, 1 ano.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O adulto. Sim, mas com redução de dois terços, 2 anos, 1 ano e meio, um sexto, não é? Um ano. Qualificado, dependendo da pena, 2 anos.

Na verdade, eu acho que nós podemos avançar para graduar o ECA, mas, de fato, em todas as estatísticas colocadas, o jovem... E falta estatística, por isso há uma guerra de números. Então, como é que o Brasil toma uma decisão dessa magnitude sem clareza nas informações e muito baseado no senso comum?

O José Eduardo da Silva colocou muito bem a história do trabalho escravo, do absurdo do País, e, no final da abolição do trabalho escravo também, eles rasgaram, porque o que estava previsto eram dez artigos: tinham direito à terra, tinham direito ao estudo, tinham direito à indenização. Rasgaram, e um artigo: acabou o trabalho escravo e mandam para as favelas, como foi muito bem colocado pelo Pedro



Wilson. Abandonam. Hoje as pessoas falam que quem morre é pobre, não é negro não. São negros, porque quando é pobre são negros. Esta estatística está colocada: 80% são negros, e geralmente os negros são pobres. É evidente que há — e eu costumo falar — a exceção de uma regra perversa. Há, sim, mas geralmente é exceção.

Nesse sentido, quero aqui dar esse meu posicionamento contrário à redução da maioria penal. Eu acho que a sociedade está acumulando. Não tenho medo de ter referendo. Eu acho que, se tiver um amplo debate, a sociedade vai se posicionar contra, apesar de que chantagear quem defende a não redução com referendo...

Um dia eu falei para a imprensa que, sem debate e com manipulação, se nós fizermos um referendo, como o Eduardo Cunha quer colocar, se deve fechar a Casa que ele preside, é bem capaz de empatar com a redução da idade penal hoje. O povo, lamentavelmente, pode ser favorável também. Nem sempre da maneira como é debatido, como são colocados os espaços de debate, não é uma decisão democrática, mas eu acho que este momento está sendo rico, porque se multiplicam inúmeros debates e eu percebo muitas mudanças de posições. Inclusive, hoje eu diria que não tem força no Congresso Nacional para aprovar a redução do ponto de vista da emenda constitucional.

Eu quero passar aqui a palavra para a primeira oradora, Ana Claudia, do Coletivo Quilombo.

A SRA. ANA CLAUDIA ALVES AZEVEDO - Boa tarde a todos e a todas! Meu nome é Ana Claudia, sou do Coletivo Quilombo e da Juventude Petista também. Eu, como mulher negra e lésbica, enfrento todos os dias uma luta muito desleal, porque tenho que enfrentar uma luta contra a mídia; uma mídia que diz todos os dias que os jovens só são vistos como criminosos. Quando um jovem comete um crime, isso é noticiado em todos os jornais, é noticiado como se fosse um fato geral para todos os jovens.

Eu queria aproveitar, já que aqui estão Deputados Federais, para dizer que essa é apenas a ponta do *iceberg*, que nós estamos querendo insistir com um sistema falido, um sistema político falido, um sistema que elege o Delegado Waldir, com o maior número de votos, Deputado Federal pelo Estado de Goiás. Agora nós



temos que ficar lutando contra essa bancada da bala, que quer defender a política de que bandido bom é bandido morto; porque, se colocar lá na matéria que tinha envolvimento com drogas, está justificado, não é preciso investigar.

Então, eu queria parabenizar os Deputados que estão lutando, que estão enfrentando essa bancada conservadora, que estão pautando as nossas políticas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Ana Cláudia pela participação, representando o Coletivo Quilombo.

Com a palavra a Sra. Karoline, de Senador Canedo; depois falará o Sr. Neto.

A SRA. KAROLINE SANTOS - Boa tarde a todos e a todas! Meu nome é Karol, sou de Senador Canedo, mulher, jovem da periferia.

Assim como a Ana Cláudia colocou aqui, para a gente tem sido um luta muito árdua e tem sido muito difícil não só por ser jovem e negra, mas por ser jovem, negra e moradora do Estado de Goiás, que hoje está na lista dos Estados mais agressivos e mais violentos do País. Além de ser o Estado que está na lista daqueles que praticam mais homicídios contra jovens negros, também está na lista dos Estados que mais praticam feminicídio. É uma vergonha a gente ver que, num Estado que tem tanta violência contra a mulher, um *serial killer* precisa matar 16 mulheres para que o Estado possa tomar uma providência.

Então, eu acho que a gente precisa pensar qual é a política de segurança pública que está sendo colocada aí, quais são as políticas para a população jovem que estão sendo colocadas, qual é a política para a mulher que está sendo colocada, porque, para mim, que estou lá na ponta, lá na base, em Senador Canedo, essa política não está chegando. Então, está acontecendo algum problema.

Portanto, é preciso que os nossos governantes, que estão querendo falar que alguma política pública está sendo colocada, que são a favor da redução da maioria penal e que acham que, se a mulher é estuprada, é porque a culpa é dela, porque a saia estava mais curta, escutem a população. É preciso escutar quem está lá na ponta.

É isso. É nesse sentido a minha fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Karol, pela contribuição.



Com a palavra o Sr. Neto, Presidente do CONJUVE; e depois falará a Sra. Genivalda.

O SR. NETO LARANJEIRAS - Boa tarde a todos! Boa tarde, Deputado Federal Rubens Otoni, a quem peço licença para cumprimentar todos os presentes. Quero parabenizá-lo pela iniciativa de trazer esta audiência pública à nossa Casa, no Estado de Goiás.

Cumprimento também os amigos Conselheiros, colegas de Conselho, Leandro Dias e o Aluísio Black, presentes também aqui nesta audiência.

Quero dizer o seguinte: nós assumimos o Conselho há cerca de 15 dias e, nesse curto espaço de tempo, já temos procurado nos inteirar de todas as políticas públicas de juventude, todas as iniciativas voltadas para o jovem goiano e também brasileiro, por entendermos que o jovem tem que ser o protagonista das transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais o País precisa passar.

Então, quando há uma iniciativa e vemos a Câmara vir até o Estado para ouvir a gente, ouvir as nossas demandas, os nossos anseios, a gente fica feliz. Acho que estamos todos com o mesmo foco: o de que o jovem seja realmente esse protagonista. O Conselho está à disposição de todas as entidades, de todos os parceiros. Assim como o nosso amigo Zé Eduardo falou, independentemente de qualquer cor partidária, de partido político mesmo, o intuito é dar as mãos e fazer um trabalho conjunto. O Conselho está próximo, está procurando esse debate, e nós estamos lá à disposição.

Obrigado e, mais uma vez, parabéns, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Sr. Neto Laranjeiras, Presidente do CONJUVE, que está aqui participando conosco.

Com a palavra a Sra. Genivalda; depois falará a Isabel Cristine.

A SRA. GENIVALDA ARAÚJO CRAVO DOS SANTOS - Eu quero parabenizar as lideranças e as três Mesas que nós tivemos aqui, extremamente empoderadas, lideranças proativas.

Para mim, não há dúvida. Nós não temos dúvidas sobre o extermínio que está acontecendo há 515 anos. Ninguém que está aqui tem dúvida disso. Todos nós que estamos aqui sabemos que crianças, adolescentes, jovens negros e negras e a



população que foi despossuída da dignidade e despossuída dos recursos estão sendo exterminadas.

Deputada, tenho o prazer de conhecê-la, acompanho você no Facebook e vejo as suas intervenções extremamente assertivas, empoderadas, e a sua luta em nome de nós mulheres, não só nós mulheres negras, mas nós mulheres de diferentes cores, de diferentes idades, de diferentes origens, de tantas e tantas diferenças.

O Deputado Rubens Otoni é outro Parlamentar que, em Goiás, tem um trabalho silencioso; porém extremamente assertivo, baseado no diálogo, baseado na paz, baseado na justiça, baseado nos direitos humanos.

Eu quero agradecer imensamente por vocês terem se colocado à disposição para apurar, além do que já está apurado, os números que nós conhecemos. Mas eu acho que vocês vão fazer um grande bem para a nossa Nação, que é colocar o dedo na ferida. O que é que nós vamos fazer? Já são 515 anos de extermínio! O que é que nós vamos fazer para evitar isso de fato? O que é que nós vamos fazer para termos políticas, de fato, para garantir a vida de homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos? E o que nós vamos fazer para que os conservadores e os fundamentalistas entendam que a vida é mais importante?

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Sra. Genivalda.

Com a palavra Sra. Isabel Cristina; depois falará o companheiro Paulo, da Companhia Teatral Zumbi dos Palmares.

A SRA. ISABEL CRISTINA - Gostaria de cumprimentar todas e todos os presentes aqui nesta audiência.

Sinto-me extremamente contemplada ao ver o início de um debate extremamente importante como este, e, como as companheiras Roseane e Genivalda mencionaram, colocando o dedo na ferida.

Eu acho que chega um momento em que nós temos que ter diálogos de coerência e temos de saber também o que queremos e para onde vamos.

Eu tenho uma preocupação e estou aqui por ser uma mulher de comunidades tradicionais de terreiro, por ser uma mulher de axé. Então, eu não poderia deixar de colocar aqui a juventude de terreiro, que sofre também muita agressão e



criminalidade, porque os nossos jovens, quando são iniciados em nossas casas, quando estão na rua com os seus kelês e quando vão para as escolas, também, sofrem uma agressão e uma violência grandiosa.

Também não poderia deixar de falar sobre os jovens gay e lésbica. Há um jovem gay que fica ali na BR-153 fazendo programas e sofre agressão. Esse jovem negro fica lá sofrendo grandes tipos de humilhação, desde a sua luta por sustentabilidade e até mesmo a sua luta para sustentar o seu próprio vício. Eles são, na grande maioria, usuários de drogas e ainda sofrem violência.

Nós precisamos pensar quais são as políticas públicas necessárias para atingir todos esses jovens. Nós não estamos aqui para falar só sobre a agressão do extermínio, o que leva à morte, mas também sobre a morte ainda estando vivo, não tendo acolhimento e não tendo políticas públicas sociais para que se tornem grandes cidadãos e saiam dessa linha de criminalidade e de violência que é essa sofrida pelos nossos jovens.

A discriminação da intolerância religiosa e a implementação da educação e das leis que já foram aprovadas e que até hoje não saíram do papel para os jovens negros e comunidades tradicionais de terreiro são extremamente importantes.

Então, nós devemos pensar em alguns recortes específicos e não devemos deixar de pensar em todos os vieses e na atuação dos nossos jovens, desde o que sofre o extermínio, através da criminalidade, até aqueles que também passam por terrores da sua criminalidade pessoal.

Era essa a minha contribuição. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Sra. Isabel Cristina.

Com a palavra o companheiro Paulo, da Companhia Teatral Zumbi dos Palmares; depois falará o Sr. José Ilton, Vice-Presidente da União de Negros de Goiás.

O SR. PAULO VITÓRIA - Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria de contribuir aqui dizendo que tenho medo, parafraseando a nossa querida atriz Regina Duarte quando fez algo em relação ao ex-Presidente Lula. Ela topou fazer esse comercial dizendo que tinha medo. Graças a Deus o



comercial dela estava errado. Agora, eu espero que também esteja errado ao dizer que tenho medo do que possa acontecer ou possa continuar acontecendo.

Quero aqui primar pela seguinte proposta, parabenizando a Deputada Erika Kokay: qual o mecanismo efetivo para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não seja mais apenas uma CPI que vira *pizza*? Qual o mecanismo que poderá sair daqui, deste momento tão importante e tão rico?

Já tive a oportunidade aqui de fazer essa colocação, mas é importante também que haja, em âmbito nacional, em âmbito estadual e em âmbito municipal, a criação de uma polícia cidadã, sem armas, uma polícia que acompanhe todas as abordagens.

Como nós estamos na época das câmeras, na qual as câmeras são um grande fenômeno, que a gente, que o Estado, possa investir em câmeras em todos os aspectos, inclusive nas abordagens, em todo e qualquer tipo de abordagem, acompanhado por uma polícia efetivamente cidadã.

Quero contribuir dizendo que é possível constatar, através da realidade das artes cênicas a questão toda essa problemática do preconceito racial. As artes cênicas deixam muito nítido que não existe personagem à altura, que não existem personagens de elevada índole. Portanto, os atores negros e atrizes negras estão sempre mendigando à procura de um papel mais ou menos para poderem ser considerados como algo de valor.

Então, eu concluo aqui me referindo também à questão da bancada evangélica, doa a quem doer. A bancada evangélica precisa ser convocada, precisa ser tocada, porque, para ela, tudo o que é do povo negro é do demônio! (*Palmas.*) Tudo que é do povo negro é do demônio! Se é do demônio, então, não há muito o que discutir. Eu não estou falando de religião evangélica, estou falando de política evangélica. Esta é a questão, porque todo cidadão tem direito a ter a sua religião. E religião é cultura e arte. Então, nós temos que ter esse posicionamento de uma maneira mais democrática, porque, senão, a perseguição, a caça às bruxas não vai parar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Sr. Paulo.



Com a palavra Sr. José Ilton, da União de Negros e, depois, o Sr. Aluísio Black, do CRJ.

O SR. JOSÉ ILTON VICENTE FERREIRA - Eu quero começar dando uma boa tarde a todos, agradecendo o convite feito pela Ana Rita, que me convidou para estar aqui nesta rica audiência.

Esta CPI é muito importante. Por quê? Como Vice-Presidente da UNEGRO do Estado de Goiás, eu tenho visitado vários e vários Estados, cidades, e o que acontece é que o povo está cansado de tanto sofrer, apanhar e ser humilhado pela nossa Polícia Militar. Os jovens já têm medo de sair. Existem praças que não são mais frequentadas pelos jovens. Por quê? Porque estão com medo da polícia.

Eu estava numa dessas praças, aqui em Goiânia mesmo, quando, de repente, chegou uma viatura abordando um rapaz, com seu filho na garupa da moto. Eles já chegaram com duas pistolas: *“Desce da moto, vagabundo!”* Esse é o que eles usam, tá? Uma criança de aproximadamente 10 anos de idade. Um policial, militar, com uma pistola .40, apontando para uma criança, e chamando de vagabundo.

Eu já passei por isso. Eu sou Comandante do Grupo de Operações Especiais, do CPA, da ONG. O meu filho tem 8 anos. Eu passei por isso que essa pessoa também passou. Eu levei meu filho para jogar futebol na praça, quando eu estava retornando, por volta das 20 horas, uma viatura quase nos atropelou, deu um cavalo de pau, assim. Parou bem de frente à minha moto, minha criança quase caiu da moto. Enfim, eles desceram com uma pistola apontada para mim e para a minha criança. Vejam bem, eu era o espelho dela, eu sou o espelho da minha criança. Quando eu chegava em casa fardado, ele falava: *“Papai, eu quero ser igual a você, quero ser igual ao senhor”*. Mas aquilo acabou a partir do momento em que eu fui abordado. Porque como que um policial militar, que é preparado, que diz que é preparado para nos dar segurança, chega chamando um pai de família de vagabundo e uma criança de vagabunda? Uma criança de 8 anos?

Então, eu acredito, tá, sobre o que o nosso camarada acabou de falar, que a gente tem acompanhado em outros países, que é muito importante colocar as câmeras — eu até resumi aqui um documento, que gostaria de entregar a V.Exa. — porque é indispensável. Eu gostaria, sim, que chegassem todas as viaturas policiais



do Estado de Goiás, que todas tivessem câmeras para filmar a abordagem a partir do momento, para a gente ver e provar como que é. A partir disso aí, vamos começar a educar a Polícia Militar do Estado de Goiás.

E, outra coisa, finalizando, é igual ao que o camarada falou. Está aqui também no documento: querem construir presídio. Eu acho que não é necessário construir presídio aqui no Estado do Goiás. Eu acho que é necessário, sim, construir escola educativa para a Polícia do Estado de Goiás, para educar esses policiais, para tratar melhor o cidadão que está na periferia.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, José Ilton, pela participação.

Registro aqui a presença da Lucinete, da Abadia, da Nilda, da Coordenação da Rede de Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres em Situação de Violência, da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia; também a Sandra Regina, Diretora da Secretaria de Igualdade Racial e Fórum Goiano de Mulheres.

Vamos passar a palavra à Deputada Erika Kokay.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - O Aluísio Black, então, do CRJ, vai fazer a sua intervenção. Logo após, a Deputada Erika Kokay vai fazer o seu pronunciamento final, visto que tem um limite de horário de voo. Ela vai fazer a sua participação final aqui, em nossa reunião.

O SR. ALUÍSIO BLACK - Serei rápido. Boa tarde a todos e todas!

Eu quero parabenizar o Deputado Rubens Otoni por essa iniciativa, junto com o Presidente. Como representante da sociedade civil que trabalha com juventude em processo de vulnerabilidade, além de gestor de políticas públicas, o que me alegra e me faz feliz é dizer que sou cantor de hip-hop. Goiás tem mais de 300 grupos de música, de dança, de arte, que embelezam o dia a dia da nossa cidade e expressam o seu sentimento por meio da arte.

Então, é só estudar as letras de hip-hop que estão sendo compostas e ir pelas ruas de nossa cidade, que estão sendo grafitadas, que você vai ver o tamanho da indignação em relação ao tratamento que a nossa juventude recebe dentro da nossa cidade, dentro do nosso Estado. Então, queremos acompanhar isso,



Delegada Adriana Accorsi, de próximo, também como Conselheiro Estadual de Igualdade Racial, da Prefeitura de Goiânia, do Comitê Gestor da Juventude Viva, nós queremos ver essa CPI dar frutos. Nós estamos cansados de ver nossos jovens mortos pela mão da polícia, sem destino a dar a cada jovem. A cada depoimento é um arrepio. Então a gente quer acompanhar isso de perto e colocar à disposição a nossa instituição, o nosso trabalho, a nossa experiência, para que ela dê bons frutos. E que esta CPI acompanhe de fato as políticas públicas, que se diz estarem sendo implementadas em nosso Estado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Aluísio.

Com a palavra agora a Deputada Erika Kokay, para que ela possa fazer o seu pronunciamento final nesta audiência pública da CPI.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu queria me despedir de cada um e de cada uma de vocês e dizer que nenhuma violação de direitos fica ensimesmada. Ela sempre leva à violação de outros direitos. Nós estamos falando do extermínio, do genocídio de jovens negros, estamos falando de uma desumanização que não atinge só os jovens negros da periferia, porque você perde a noção de humanidade.

Ao perder a noção de humanidade, as pessoas são desumanizadas. E quem desumaniza também é desumanizado, porque aquele que desumaniza o outro, perde também o seu diálogo e a sua condição de existência humana. Há uma invisibilidade de segmentos da nossa sociedade. Não são vistos enquanto pessoas. Porque nós temos um processo muito intenso de invasão da dita mão invisível do mercado nas cidadanias da intimidade, que tem capturado desejos, capturado comportamentos. Os desejos são derramados como se fossem pílulas prontas dentro das casas, e estão associadas ao consumo. Portanto, a vida se equipara a um tênis, se equipara a um celular. E os jovens têm entrado em conflito com a lei, na sua esmagadoríssima maioria, por volta de 65%, por crime contra o patrimônio, e não crime contra a vida. Não é verdade que os adolescentes matam as pessoas, ou os jovens matam as pessoas. São muito mais vítimas do que vitimizadores. E precisamos ter isso claro, para que nós possamos buscar as formas necessárias de desconstruir as relações violentas.



Então, eu diria que é preciso ter políticas culturais intensas. Que as pessoas possam se sentir como pessoas. Uma sociedade que diz “*consuma para eu te respeitar*” e não dá o direito de consumir, é óbvio que é uma sociedade que empurra para o conflito com a lei. E quando eu digo captura comportamentos, captura desejos, captura as formas de ser, nós temos, eu penso, nessa etapa da história da nossa humanidade um dilema meio ontológico ou shakespeariano do ser ou não ser; tudo que diz respeito ao ser, ao ser negro, ao se sentir negro, e a partir daí ter o domínio do seu próprio território, porque nós não somos só nós mesmos. Paulo Freire diz que a gente não nasce pronto; a gente é fruto das relações que a gente constrói. Somos o nosso território, o domínio do território. E sentir-se pertencente a ele e que ele te pertence é absolutamente fundamental.

Por fim, quero dizer que é preciso que a gente invista num processo de valorização do ser humano, valorização, e numa campanha de indignação com relação ao genocídio de jovens negros. A sociedade tem que dizer basta!, basta!, basta!, basta! Eu não posso mais encarar que é natural, porque eu penso que isso é uma construção que não é fortuita. Os jovens negros não morrem simplesmente porque são negros e simplesmente porque são jovens. É um processo deliberado de extermínio de parte da sociedade, ao se negar a própria diversidade num país chamado Brasil, que é um país mestiço. Ainda que a nossa mestiçagem tenha sido construída, em grande medida, pela violência contra mulheres indígenas e negras, é um país mestiço.

Quero dizer que esse processo de construção, de formação dos agentes públicos é absolutamente fundamental. E também os autos de resistência. O Brasil não pode conviver mais com os autos de resistência. Não pode. (*Palmas.*) Os autos de resistência significam apenas que nós tenhamos a obrigatoriedade de investigar as mortes. Porque não são coisas, os nossos meninos não são coisas; são pessoas, são pessoas! São pessoas que sentem, são pessoas que têm o direito de viver na sua humanidade. Pessoas que, quando se vão, deixam rastro, o rastro de aprofundamento da quebra de autoestima das suas famílias, um sentimento de impotência muito grande e uma naturalização. A naturalização leva ao medo, à impotência, à impunidade, que acontece quando há os assassinatos por policiais, que nós queremos que se investiguem e simplesmente não sejam sepultados. Essa



impunidade naturaliza e dá temor, porque as pessoas ficam com medo de denunciar. E vão engolindo, vão suportando o nível de violação, porque temem que, ao denunciar a violação, possam ser vítimas de violações maiores. E vão suportando, suportando, criando uma sociedade com a crueldade estabelecida e a desumanização naturalizada.

Por isso, a função e a importância desta CPI, para que nós possamos desmitificar a democracia racial e, a partir daí, estarmos trabalhando com mecanismos para que possamos dizer numa polifonia cidadã: basta!, basta!. As mães dizem isso, mas não têm sido escutadas. As lágrimas da mãe dizem basta!, basta! A dor diz basta! O sentimento diz basta! Mas não têm sido escutados.

É muito importante que nós possamos fazer uma grande frente, uma grande frente dentro do Parlamento, fora do Parlamento, com a sociedade civil, com os Estados, com os Municípios, uma grande frente para que nós possamos dar esse basta!, Que possamos construir uma sociedade onde todo ser humano, e eu repito e encerro com isso, possa viver a sua humanidade. Como nós somos filhos também e irmãos de Guimarães Rosa, ele diz que esse correr da vida, que às vezes embrulha tudo, exige de nós uma única coisa: coragem. E coragem nós temos que ter para poder fazer frente a tudo isso que estamos vivendo de crueldade nas nossas relações.

Um abraço grande. Fiquem em paz! E que nós possamos construir essa cultura de paz no nosso País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputada Erika Kokay, nossa Deputada pelo Distrito Federal, mas grande parceira das lutas sociais aqui, no Estado de Goiás. Muito obrigado pela sua participação, pelo compromisso nas lutas aqui, no nosso Estado.

Agora, concedo a palavra ao Sérgio Eduardo, representando o Coletivo Quilombo, por 3 minutos. Depois, à Magda Francisca, da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Goiânia.

O SR. SÉRGIO EDUARDO SILVA OLIVEIRA - Boa tarde a todos e a todas!

Cumprimento a iniciativa dos companheiros Rubens Otoni, Reginaldo Lopes. Que dizer que, enquanto jovem, aqui em Goiás, estamos cheios de experiências boas. É muito bom ser jovem aqui em Goiás. Por quê? Bom, porque a gente tem um



cenário cultural que não depende de política pública para sobreviver; bom, porque a gente constrói isso a partir de muita luta e de muito sangue também. Entretanto, o Estado de Goiás mostra-se ineficiente na construção de toda e qualquer política pública de juventude. Mostra ineficiência sobre a vida da juventude, a cultura, “n” fatores. E, aí, digo que é difícil também ser jovem nesse Estado, muito mais ser jovem nele e morador de periferia. É claro que eu não posso falar por todos os jovens e a gama de jovens que existe dentro desse grupo; mas quero dizer que esse Estado comete, há séculos, várias atrocidades com a juventude.

Há um caso emblemático: não é jovem, mas não pôde chegar à juventude. Murilo Soares tinha 12 anos quando foi dado como desaparecido após abordagem da ROTAM. Ele estava junto com um tio, num carro. Isso eu acho irrelevante: sempre foi falado nas reportagens que o tio tinha envolvimento com droga. Eu acho irrelevante porque até no envolvimento com droga o Estado tem culpa. Mas eu quero dizer que um jovem, um quase jovem, um adolescente, um pré-adolescente, por estar junto com o tio, foi dado como desaparecido após uma abordagem policial da ROTAM. Enquanto jovem e morador desse Estado — eu tinha visto a fala do representante da Superintendência — eu fico abismado com certa hipocrisia. Hipocrisia porque a maioria que apoia este Governo, este atual Governo do Estado, é uma bancada que se elegeu a partir do debate sobre a redução da maioridade penal. Tá, beleza! Elegeram-se com números astronômicos de votação, inclusive aqui em Goiânia. Eu fico abismado porque esses Deputados se elegeram fazendo o discurso de ódio contra a juventude, um discurso hipócrita e a meu ver — vão me desculpar — preguiçoso de política pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Concluindo.

O SR. SÉRGIO EDUARDO SILVA OLIVEIRA - Eu queria perguntar a esses Deputados quanto de emenda constitucional eles vão destinar à juventude. Eu queria saber. No histórico da Sra. Magda Mofatto, por exemplo, eu nunca a vi falar sobre juventude. Ela falou para ganhar voto. O Delegado Waldir, eu me lembro de que ele foi fazer um debate lá nas Ciências Sociais. Ele começou o debate e falou: *“Olha, gente, eu estou muito feliz de estar aqui porque metade de vocês deve ter sido meu cliente lá na delegacia”*. É no mínimo risível e causa em nós, jovens do movimento organizado, certa esquizofrenia.



Temos um Estatuto da Juventude, temos um Conselho Nacional que está construindo as políticas de juventude, mas quando chega aqui, no Estado, as coisas vão degradingando. A prova disso também foi a escolha do Conselho, como se deu a escolha do Conselho. A gente sabe que a juventude politicamente não se organiza normalmente que nem a gente tem as organizações da sociedade. Hoje, jovem quer se auto-organizar, e isso é uma forma de se fazer política. Cabe aos adultos, aos mais velhos, a quem está há muito tempo nesse processo construindo política abrir espaço para isso.

Então, aqui no Conselho Estadual de Juventude puderam se candidatar quem tinha certa relação com a base do Governo, ou quem de alguma forma tinha tudo amarradinho: Estatuto, dois anos de vivência da organização, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Conclua.

O SR. SÉRGIO EDUARDO SILVA OLIVEIRA - Para concluir, quero dizer o seguinte: eu espero, e acho que vou viver para ver isso, espero que a gente possa ter nesta Mesa aqui, nesta Mesa, também jovens sendo Deputados, jovens negros, mulheres negras, jovens, ocupando o mesmo espaço que vocês. Eu me sinto representado, mas eu quero me sentir mais representado ainda.

Isso é um recado para a companheira Adriana Accorsi. Quero dizer que a gente está junto do mandato e também que vamos lutar para que a Comissão de Juventude desta Casa saia do papel, e também do absurdo que é a Bolsa Arma. E a gente tem que lutar também para que não seja aprovada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Sérgio.

Com a palavra a Magda, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social. Depois, para finalizar, o Edson Ferreira, da Associação Quilombola Jardim Cascata.

Com a palavra a Magda. *(Pausa.)*

Com a palavra o Edson Ferreira.

O SR. EDSON FERREIRA - Boa tarde a todos e a todas!

Meu nome é Edson Ferreira. Eu sou quilombola da região de Aparecida de Goiânia, uma das regiões mais violentas deste Estado. Secretário de Segurança Pública deste Estado, eu creio o seguinte: eu sou negro daquela região; eu sou



quilombola daquela região. Secretário, representante do Governador, até admiro alguns tipos de trabalho do nosso Governador e desabono outros. Isso é política.

Agora, é o seguinte, eu quero dizer assim: a cada minuto que passa, neste momento, tem alguém morrendo lá em Aparecida de Goiânia. Eu, quando vou embora para casa, quando saio do trabalho, tenho que fazer uma manobra gigantesca para chegar ao meu bairro. Eu saio do centro, em vez de pegar direto para o Jardim Tiradentes, eu tenho que pegar para o Maranata. Do Maranata eu tenho que pegar para a minha casa, porque andar naquela região é um risco de vida. E ser negro naquela região é pior ainda, Deputado.

Essa bancada da Câmara dos Deputados aqui do Estado de Goiás tem que ver a questão das mortes não resolvidas. A senhora, que vai vir para essa bancada dos direitos humanos, junto com o nosso companheiro, fique sabendo que nós vamos ficar atrás da senhora.

Sabe por que, Deputada? Meus primos — eu tenho dois primos que foram assassinados no mesmo dia —, Vitor e Márcio Henrique, de 16 e de 18 anos, morreram e até hoje não foi resolvido. Esses dias atrás, morreu... Eu posso contar os nomes. No meu bairro, pequeno, Jardim Cascata, ao lado da Serra das Areias, 16 jovens — 16 jovens — negros, pobres, favelados. É assim que é entendido. A educação, Secretário, é voltar alguns policiais para... No processo de inclusão, na hora de fazer o concurso público, tem que ser obrigado usar isso aqui para eles entenderem que a abordagem tem que ter respeito com o cidadão. *(Palmas.)* A abordagem tem que acontecer, sim.

Nós precisamos de segurança, sim, mas precisamos de uma segurança que não venha a oprimir. Ela tem que ter uma abordagem policial. Nós precisamos de vocês, sim. Nós precisamos dos delegados de polícia, nós precisamos dos agentes de polícia, nós precisamos dessa parte do Estado.

E quero dizer mais ainda, mais! Eu li aqui. Essa aqui é a minha bíblia. Eu a carrego para todo lado porque tenho que manter os nossos direitos legais.

Marta Ivone, a nossa ilustre Superintendente da Igualdade Social, é hoje a minha mentora, porque eu segui os passos dela. Era jovem quando eu comecei. Foi a parteira de minha irmã. E digo outro mais: Sandra, Secretária do nosso Município, vai estar aqui presente.



Todo dia morre alguém. Quando tocar na ferida de um Deputado, de um Senador, aí vai ser diferente, porque ele põe a polícia atrás, vai lá dar o resultado, mostra o resultado para a sociedade. Quando morreu aqui no Setor Bueno uma jovem, foi rápido. No outro dia, o resultado estava lá. Parabéns, Polícia Militar do Estado de Goiás e Polícia Civil!

Agora, quanto aos assassinatos que têm acontecido em nossa região... Falei sobre meus dois primos assassinados no mesmo dia, na mesma noite. Mas sabem o que acontece? O jornal *O Popular* colocou assim: “*Jovem é assassinado por envolvimento com drogas*”. Será que a Constituição Federal — está aqui —, será que a Constituição tem direitos legais? Está aqui. Isso aqui é um estatuto, que foi trabalhado, muito sangue foi dado por isso aqui, e poucos têm respeitado.

Vou concluir a conversa para não me demorar muito, Deputado. Eu só vim aqui para pedir mais providências para os crimes que não estão sendo resolvidos, Sr. Edson, meu xará.

Acontece que muitos negros sem oportunidade dizem o seguinte: igualdade de oportunidades. Eu não quero esmola de ninguém. Eu sou negro, brasileiro, quilombola, não quero esmola de ninguém, Deputado. Eu só quero dignidade e direito de igualdade. Igualdade! Se não temos um negro capacitado neste País, coloquem a bancada federal que está lá, que são as bancadas, como estão dizendo aí — eu não gosto de usar esse termo —, da bala e evangélica; coloquem os nossos Deputados Federais que estão lá em Brasília e os demais para mudarem as condições de oportunidade para todos.

Eu não estou aqui defendendo só o meu povo quilombola não, mas todos os jovens brasileiros. Deem oportunidade a todos de igual para igual; deem oportunidade para mim, que eu vou de igual para igual com você; deem oportunidade para mim, que não vai ter homem nem mulher neste País que vai dizer assim: “*Eu sou incapaz*”. Só me deem oportunidade.

Muito obrigado a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Edson Ferreira.

Quero entregar, para que conste das notas taquigráficas, uma carta da União dos Negros pela Igualdade, da direção estadual de Goiás. Esta carta faz um



histórico do preconceito racial no Brasil, fala que presos têm cores. É verdade. Acabou de ser publicado o Mapa do Encarceramento. Quase 60% de nossos presos são provisórios. Se tivessem um advogado, não estariam presos. Setenta por cento são jovens, negros e pobres; e oitenta e tantos por cento são crimes patrimoniais e envolvimento com drogas, mas também em flagrante. Nada de julgamento. Então, a Justiça Criminal não funciona nem para crime contra o patrimônio e quase nada para crime contra a vida. A carta fala um pouco também da questão do assassinato de jovens negros no Brasil, e, depois, do assassinato de jovens negros no Estado de Goiás. Defende algumas ações afirmativas para a juventude negra e periferia e registra algumas conclusões.

A carta é assinada por Joseílton Vicente Ferreira, Vice-Presidente da UNEGRO de Goiás.

Obrigado.

Com a palavra a Secretária Marta Ivone, que esteve conosco na diligência em Aparecida de Goiânia.

Por favor, V.Sa. tem a palavra.

A SRA. MARTA IVONE DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, o Plano Juventude Viva, do Estado de Goiás, e em mais nove Municípios estão em construção este ano. Eu creio que até o final de junho, início de julho, começa a construção em mais nove Municípios, inclusive em Aparecida de Goiânia. Estou só respondendo à pergunta que foi feita durante a fala de alguma pessoa.

O SR. PAULO VITÓRIA - Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Companheiro, use o microfone e diga o seu nome, por favor.

O SR. PAULO VITÓRIA - Sou Paulo Vitória, integrante da Companhia Teatral Zumbi dos Palmares, e também integrante do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Gostaríamos apenas de acrescentar, nesse rol de propostas, que nós propomos a extinção da Justiça Militar. Se nós queremos uma igualdade de fato, de direitos, nós temos que começar, porque se o poder emana do povo é este povo quem tem que julgar. Não pode haver duas Justíças.



Então, como se trata de uma CPI, não poderia deixar de pautar essa proposta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Gostaria de, inicialmente, dizer que todas as falas, todos os encaminhamentos serão devidamente registrados e que as notas taquigráficas vão fazer parte do relatório.

Quero fazer uma síntese para que o Plenário compreenda um pouco os rumos em que a CPI caminha. É evidente que nós não temos isso em relatório. Isso tem que ser aprovado pela maioria dos membros da CPI, mas, para alguns encaminhamentos, temos um consenso, uma convergência. É evidente que em outras matérias temos algumas divergências.

Eu defendo que o relatório conclua pelo genocídio de jovens negros e pobres no Brasil. É a minha opinião, mas não há unanimidade entre os membros da CPI. Alguns defendem o extermínio, outros falam da violência a jovens pobres, mas acho que nós temos um genocídio de jovens negros e pobres no Brasil. Minha opinião é a de que a CPI deveria concluir com essa definição.

Por quê? Primeiro, que a SEPPIR foi à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e fez uma denúncia de que há genocídio de jovens negros e pobres no Brasil. Inclusive, nós vamos encaminhar um pedido à CPI e vamos enviar uma comissão da CPI à Comissão de Direitos Humanos da OEA para levar o relatório de várias audiências. Em 80 dias, nós já realizamos 30 audiências, já percorremos vários Estados e queremos percorrer todos até o término do trabalho, se, em especial, ela for prorrogada. Nós estamos ainda trabalhando para que a CPI possa ser prorrogada.

Quando falo que eu pessoalmente tenho uma interpretação sobre genocídio, nós temos essa leitura baseado na luta histórica dos movimentos negros no Brasil. Há mais de 20 anos, 30 anos, a partir de 1980, o Movimento Negro tem denunciado o genocídio. Às vezes, as pessoas querem reafirmar que não há genocídio, a partir de uma leitura — eu chamo *lato sensu* da palavra —, porque eu falo que, *stricto sensu*, nós podemos ter uma nova tese sobre a palavra genocídio. A palavra é aceita por alguns escritores que já falaram sobre as mortes de jovens negros e



pobres. E essas mortes estão entre as estatísticas estarrecedoras, pois representam 80% no Brasil — 80%!

Também nós estamos tratando aqui de uma reparação de danos históricos, que não foi feita depois da Abolição da Escravatura, depois de 127 anos. Ao não reparar esses danos históricos aos negros, o Estado brasileiro promoveu uma morte simbólica dos negros no Brasil, que é uma morte tão igualmente perversa como a morte física de nossos negros, que é a morte da ausência de universalização das oportunidades iguais a todos, seja no campo educacional, seja no campo habitacional, seja no campo profissional.

Nesse sentido, nós podemos dizer que há um genocídio, fruto histórico de um Estado que se isentou de sua responsabilidade em relação à população negra. Somando-se esse genocídio simbólico ao genocídio de mortes físicas, que são 80%, nós podemos dizer que há, sim, genocídio — é minha opinião — em relação aos jovens negros no Brasil.

Por que isso é importante? A partir daí, nós vamos empoderar a luta no Brasil, para assumir e romper com o que há de pior no racismo, que é o racismo dissimulado, aquele que a sociedade não assume, não consegue se libertar ao não reconhecer sua própria história.

Também é evidente que a CPI não dá conta de apurar tantas mortes, tantas denúncias. É evidente que a CPI vai propor ações para que os nossos jovens permaneçam vivos. É verdade que a CPI não pode ser insensível a casos que não foram solucionados até hoje. Evidentemente que, em alguns casos, nós vamos ter que pedir deslocamento de competência para a Justiça Federal — em alguns casos, e nós vamos debater quais são esses casos.

Todos os casos relatados de violência não elucidados serão encaminhados a todos os Poderes. Também nós vamos apresentar uma proposta de emenda à Constituição, que vai propor uma nova concepção sobre segurança pública no Brasil, um novo modelo federativo e, mais do que federativo, republicano, sobre segurança pública — os conceitos, as responsabilidades.

Nós fizemos um apelo ao Presidente desta Casa, que imediatamente encaminhou e delegou à Deputada Adriana Accorsi a tarefa de cuidar disso. Nós queremos constitucionalizar a responsabilidade de Município, de Estado e da própria



União, no sentido de que tenham Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais sobre segurança pública. E, mais do que os Conselhos, que sejam obrigados a elaborar planos estratégicos decenais para enfrentar o problema de homicídios no Brasil, elaborar planos republicanos da Nação brasileira construídos pelo povo, como nós estamos fazendo com as ações de saúde, de assistência social e, em especial, com os planos municipais de educação e os planos estaduais de educação. E nós também votamos, em Brasília, o Plano Nacional de Educação — PNE. Trata-se de planos decenais, com metas objetivas.

Dentro dessas metas, evidentemente, nós vamos pactuar. Eu defendo uma pactuação para que a Nação brasileira dê conta, ou seja, em 10 anos, de reduzir a taxa de homicídio para um dígito. Em muitos Estados e Municípios, para os brancos, a taxa é de um dígito; para os negros, a taxa é de 10 dezenas, 12 dezenas, 15 dezenas, 6 dezenas. No Brasil, a média é de 6 dezenas: 60 homicídios.

Eu mesmo tenho criticado publicamente, porque houve uma sinalização, *a priori*, do Governo da Presidente Dilma, por intermédio do Ministério da Justiça, que queria fazer um pacto de enfrentamento ao homicídio com todos os Secretários de Estado — e já fizeram várias reuniões —, cuja meta era reduzir em 20%. Eu já falei e vou repetir: se fizermos uma nova concepção sobre polícia, polícia mais comunitária, com diplomação, se evitarmos que os nossos policiais sejam assassinados, porque são negros e pobres, se também evitarmos a alta letalidade policial chamada de resistência seguida de morte, nós poderemos reduzir imediatamente 20%.

Agora é verdade que 80% estão na banalização da vida, e nós precisamos construir uma nova cultura de paz. Tudo termina em morte no Brasil: briga de casais em finais de semana, de namorados, de vizinhos. Há um problema maior. Não sei se nós teremos força ou condições legislativas de aprovar.

Eu presidi a Comissão Especial de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Nós ajudamos a construir o Programa Crack, é possível vencer. Esse é um debate, e nós temos que admitir que o usuário de droga não pode ter contato com o agente de segurança pública; o usuário de droga só deve ter contato com agentes da saúde pública. Se conseguíssemos de fato não liberar, mas descriminalizar a questão do usuário de drogas no Brasil — nós despenalizamos, está na Lei nº 11.343, de 2006



—, e se todos tivessem essa concepção de que o usuário não é traficante, nós iríamos eliminar muitas mortes. Infelizmente, essa política adotada “guerra às drogas” parece não produzir resultados.

Esse é um debate. Evidentemente que há outros que se aprofundam ainda mais, no que diz respeito às drogas no Brasil. Mas essa política tem matado muitos, e muitos inocentes com a lógica de invasão às comunidades periféricas, não porque a comunidade periférica seja violenta. As comunidades periféricas geralmente têm muita gente e a ampla maioria é formada de trabalhadores e de homens de bem. Às vezes, essas comunidades periféricas são o território-alvo de uma política equivocada de guerra às drogas. Às vezes o Estado nunca chegou até essas pessoas, e a única presença do Estado, que deveria ser a última presença do Estado, lamentavelmente é o agente de segurança pública.

Nesse sentido, nós vamos precisar estabelecer essa redução. E não dá para o nosso Governo, o Governo da Presidenta Dilma, dizer que a meta será 20%. Tem que ser a redução para um dígito, como as taxas de países civilizados, pelo menos abaixo de 10 — nove ou oito. Não dá para o Estado de Goiás, Deputada Delegada Adriana Accorsi, debater e estabelecer um plano estadual de enfrentamento para 10 anos e colocar que vai reduzir. Parece que aqui, quando o recorte é jovem, negro, o índice está em 39, acima da média nacional. A média nacional é 29 para cada 100 mil; aqui o índice é 39. Parece-me que o Secretário reduziu para 34. Mas, quando se faz o recorte em relação a negros, aqui passa dos 100.

Então, nós temos que reduzir para a casa de um dígito. Esta é uma tarefa republicana — é mais do que federativa — de toda uma cultura de paz. E, no plano municipal, estadual e federal, deve haver políticas afirmativas, como eu digo, que significam institucionalizar em um plano de Estado, não mais de Governo, o Plano Juventude Viva, com suas metas bem definidas. E é evidente que, dentro desse plano estratégico, a ação tem que ser por território. Se nós temos 142 Municípios com 90% de homicídios, o foco prioritário das ações de políticas preventivas tem que ser nesses Municípios. Inclusive, nós podemos dizer que, em Aparecida de Goiânia, a partir de sexta-feira, vão morrer... Nós já sabemos o perfil, só falta o nome. São negros, jovens, de 19 a 21 anos. Sabemos a idade, o sexo. Podemos até dizer a rua!



Não vamos ficar esperando matar mais. Mais cadáveres, mais cadáveres! Mais mães chorando e a sociedade pedindo justiça?! Então, nós precisamos estabelecer...

É evidente que um Município como Aparecida de Goiânia, e vários outros — Luziânia, a própria Goiânia — precisa fazer seus planos municipais. Nós precisamos convocar os nossos Parlamentares. Isso é um trabalho parlamentar. Os Parlamentares têm que assumir bandeiras mais objetivas.

Às vezes, nós fazemos reuniões demais, fazemos debates demais, mas não sabemos aonde queremos chegar. Nós precisamos ter algo que saia do evento para o movimento, porque se a Adriana Accorsi não fizer o que nós estamos propondo aqui em relação à Comissão Especial, isto aqui terá sido um evento e não um movimento a favor da vida. (*Palmas.*) Só vai virar movimento se o Rubens Otoni, a Adriana Accorsi, Deputados de todos os partidos, Vereadores, além dos governos, assumirem a sua responsabilidade. Isso é responsabilidade de todos nós.

É bom chegar na cidade dos outros, distribuir trabalho e ir embora, mas eu sou solidário. Estou dizendo isso aqui porque eu acho que essa é uma tarefa muito nobre na atividade Parlamentar. É um produto objetivo o que nós estamos propondo às Assembleias. Nós estamos propondo que se crie uma Comissão Especial, que se estude e se defina uma política para 10 anos, que se aprove essa política e que se transforme essa política em política de Estado, deixando a sociedade cobrar dos gestores e da própria sociedade o cumprimento dela.

Nós também temos que criar o marco regulatório dos programas. As pessoas vão para o programa, mas, depois que saem dele, às vezes, são assassinadas. Nós precisamos ter um marco mais forte em relação aos programas, precisamos de um programa com marco regulatório nacional, federativo, republicano, porque, às vezes, os Estados não entram, não selecionam e não dão a devida proteção às testemunhas, aos defensores de direitos humanos.

Então, é isso. Há vários outros projetos: unificação das polícias, integração das polícias, perícia autônoma, Instituto Médico Legal autônomo, corregedoria, controle externo, etc. Mas, resumindo aqui um pouco, serão esses os encaminhamentos.



Quanto a esses encaminhamentos, eu posso garantir para vocês que eles serão fruto de um novo debate. Eles serão transformados em projetos de lei e vão tramitar na Câmara dos Deputados — alguns em Comissões Especiais, outros em Comissões Temáticas. Então, a sociedade, novamente, poderá participar diretamente para melhorar e aperfeiçoar esses documentos.

Portanto, por favor, podem criticar, mas tenham paciência. Apresentem propostas para melhorar. É evidente que nós não vamos sair — nem o queremos — com algo pronto e acabado. Queremos o contrário, que seja algo inacabado, para que receba o olhar da sociedade civil, combinado com o da democracia representativa, porque o Brasil é muito grande, tem que ter democracia representativa.

Mas nós, tanto o Delegado Edson Moreira, a Deputada Erika Kokay, a Deputada Rosângela Gomes — nossa Relatora, que não pôde estar aqui, mas pediu desculpas, e eu quero justificar a ausência dela —, o Deputado Rubens Otoni e a Deputada Delegada Adriana Accorsi, sabemos que nós representamos e não substituímos a sociedade.

Portanto, eu quero aqui encerrar o nosso trabalho, a partir desses comentários e dessas conclusões. O Deputado Delegado Edson Moreira vai falar também, para concluir. Não sei se o Deputado Rubens Otoni quer fazer suas últimas manifestações, mas eu vou passar a palavra para o companheiro cujo nome eu não tenho aqui.

Pode falar.

O SR. JONATHAS PROCOPIO DA SILVA - Meu nome é Jonathas Procopio da Silva. Eu sou Presidente da Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de Goiás e membro da diretoria do CENEG-GO, o Centro de Cidadania Negra do Estado de Goiás, que tem um projeto que se chama CRJ, que é o Centro de Referência da Juventude aqui em Goiânia, no Estado de Goiás.

Eu só quero parabenizar vocês por esta iniciativa brilhante do Deputado Rubens Otoni de trazer esta CPI para Goiânia e dizer que a gente fica feliz por ter participado desta audiência, mas, por outro lado, a gente está muito triste, porque os colegas de vocês lá na Câmara Federal não tiveram coragem, não tiveram o peito de vir debater com a gente a PEC 171 que trata da redução da maioria.



Inclusive, nós estivemos com o Presidente de lá. Eu faço parte da Frente Nacional contra a PEC 171. Nós estivemos lá com o Presidente, que prometeu para a gente que faria as audiências públicas, que ouviria a população.

Nós estamos sendo, como a PEC mesmo fala, caloteados por eles, sofrendo estelionato por parte deles, porque os seus colegas não tiveram essa mesma coragem que vocês estão tendo de debater, de ouvir os nossos anseios, o que nós temos para falar e o que essa juventude tem para falar.

Então, eu pedi a palavra para parabenizar vocês por estarem aqui ouvindo as nossas reivindicações, por estarem conhecendo a nossa história, a nossa realidade do Estado de Goiás. Nós, como militantes da área, estamos parabenizando vocês, parabenizando a Dra. Adriana, que está aqui até agora na Assembleia, o José Eduardo, que muito tem militado junto com a gente lá no CRJ, bem como todos os militantes que estão aqui.

Mas eu quero, mais uma vez, parabenizar vocês e dizer que lá estaremos lutando, como nós lutamos para que o Estatuto da Criança e do Adolescente fosse votado — não pela vontade deles, mas pela vontade do povo e das crianças e jovens brasileiros. Nós vamos lutar contra esse projeto que está lá, e eu tenho certeza de que ele não passará.

Conto com o apoio de vocês lá naquele Congresso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado.

Eu também quero aqui registrar a carta com dados estatísticos da população negra em Goiânia, do Secretário Pedro Wilson Guimarães. Então, quero entregar para a CPI também a carta do companheiro.

Passo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado Rubens Otoni, para que faça as considerações finais. Em nome da CPI, quero também agradecer a S.Exa., que é membro atuante na CPI, acima de tudo, pela organização e pela iniciativa da vinda da CPI aqui a Goiânia, à Assembleia Legislativa, e também à cidade de Aparecida de Goiânia.

Muito obrigado, Deputado Rubens Otoni.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Eu quero aqui também, finalizando esta audiência, agradecer à CPI, nas pessoas dos Deputados Reginaldo e Delegado Edson Moreira, a disposição, parabenizá-los pelo empenho da Comissão



Parlamentar de Inquérito em visitar os Estados, tentando, dessa forma, garantir um melhor retrato da realidade brasileira no que diz respeito a este tema.

E nós estamos honrados de, em Goiás, podermos receber esta Comissão. Agradeço ao Deputado Reginaldo também o convite que ele me fez para que eu pudesse estar presente na CPI como representante de Goiás. Isso, para mim, é motivo de honra, bem como uma oportunidade de a gente poder aprender e poder também contribuir.

Quero aqui, Deputado Reginaldo, Deputado Edson, dizer a vocês da minha disposição de não apenas continuar contribuindo com a Comissão em Brasília, mas de também assumir o compromisso, aqui em Goiás, de fazer com que levemos adiante esse desafio de fazermos a tarefa de casa.

Nós, aqui em Goiás, podemos, de maneira madura, de maneira responsável, envolvendo todos os segmentos sociais, recolher as contribuições de todos os segmentos na elaboração de um plano de enfrentamento dessa realidade aqui no Estado.

Eu acho que essa é uma contribuição que a gente pode dar para o País, mas que já ajuda especificamente o nosso Estado, e é esse o nosso compromisso neste final de audiência pública. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra, o Deputado Delegado Edson Moreira, a quem também quero agradecer pela sua dedicação à CPI.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Muito obrigado a todos por terem essa paciência de nos ouvir.

É claro que a gente nunca vai conseguir a unanimidade, nem sempre a gente vai agradar a todos. Assim, eu sou o único aqui que tem posicionamento contrário — estou realmente batalhando pela redução da maioria penal, estou batalhando para que seja revisto o Estatuto do Desarmamento, estou batalhando pela população brasileira.

Com a minha experiência de 35 anos de segurança pública, tendo visto o que eu vi nesses longos anos, a gente sabe que o que realmente aconteceu neste País... E não é fácil a gente falar para uma mãe, como, por exemplo, a dessas meninas que foram mortas nesta semana no Piauí ou a daquele rapaz que levou um tiro na cara



depois de ter entregado o celular lá em São Paulo... Lá em Minas Gerais, aquelas famílias todas tiveram a vida de seus filhos, em plena formação, ceifada bestialmente. Só porque a vítima já tinha entregado a chave do carro, por exemplo, o ladrão vai lá e dá um tiro na cara da pessoa. Eu acho que a gente tem que rever certos conceitos, a gente tem que conversar com os familiares e etc.

Realmente, eu não tenho procuração para defender a bancada evangélica nem o Deputado Delegado Waldir, mas a gente tem que respeitar a população — ele foi o Deputado Federal mais votado do Estado de Goiás —, tem que respeitar também, embora ele não esteja aqui para se defender e eu não tenha procuração para defendê-lo. E há outros Deputados que defendem o seu eleitorado. A gente tem que ter esse respeito e tem que respeitar também 90% da população brasileira.

Eles querem... Então, a gente tem que tentar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero garantir a fala do Deputado. Peço ao Plenário...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Pegue a *Veja* lá e dê uma olhada. Uai, vocês querem com o jornal de vocês... Aqui eu sei que há 90% que não querem, aqui na sala, mas lá fora realmente há...

Eu tenho que ir com o meu povo brasileiro, respeitando quem é contra. Se o meu povo brasileiro me cobra... Assim como vocês cobram aqui, quando eu estou na rua, nas bases eleitorais, eles me cobram também: *“Doutor, e aí, o senhor prometeu que ia trabalhar!”* Mas se eu estou, tenho que trabalhar. Então, eu prometi isso aí, eu tenho que cumprir a minha palavra junto aos meus eleitores. Então, eu tenho que batalhar.

Realmente, Justiça Militar — quem falou? —, Justiça Militar Estadual só há em três Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nos outros Estados não. Se há, foi inventada agora e é inconstitucional.

Com a unificação nós concordamos. Ainda bem que nós concordamos em alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - V.Exa. concorda com o Plano Nacional de Metas, quer reduzir as *(ininteligível)*. V.Exa. concorda com muito.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Há muitas coisas. *(Riso.)* Nós vamos reduzir. Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Edson Moreira) - Inclusive, a minha missão, Deputado Delegado Edson Moreira... Eu estou brincando com o Delegado...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Mas é o seguinte, a segurança pública é o item em que mais se gasta; para fazer segurança pública, o gasto é muito grande. E ninguém olhava, até 10 anos atrás, ninguém olhava para a segurança pública; olhava para viadutos, estradas, etc. Agora começaram a olhar para a segurança pública, sabem por quê? Porque bateram à porta deles.

Eu tenho certeza absoluta de que nós vamos chegar a um bom termo.

A maioria tem que prevalecer e a maioria tem que vencer. E que vença a maioria do povo brasileiro.

Muito obrigado por terem tido a paciência de me aguentar aqui perto de vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.

Eu tenho brincado com o Deputado Delegado Edson Moreira que, até o final da CPI, eu vou pelo menos ou mudar o voto dele *(palmas)*, ou então...

(Manifestação na plateia: "Muda! Muda! Muda! Muda!")

Esse é o apelo da base.

Mas também, se não mudar o voto, se pelo menos ele, que é formado em direito e sabe que a emenda é inconstitucional, concordar em graduar a pena pelo ECA, de crime de homicídio contra a vida, mas não fazer a redução penal...

Então, o Deputado Delegado Edson Moreira está em profunda reflexão com a sua base eleitoral.

Mas eu estou brincando, nós o respeitamos *(palmas)*, respeitamos a opinião do Deputado. Evidentemente, é uma casa plural, todos têm as suas posições.

Quero aqui declarar encerrados os nossos trabalhos, mas antes convoco reunião da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Violência contra Jovens, Negros e Pobres para amanhã, terça-feira, às 14h30min, na Câmara dos Deputados, em plenário a ser definido.



Amanhã nós vamos receber o Estado de Santa Catarina: o Comandante da Polícia Militar, o Comandante da Polícia Civil, a Defensoria Pública e o Secretário de Segurança Pública. Nós estamos ouvindo doze Estados. Inclusive Goiás também será convocado para falar em Brasília.

Boa tarde, um ótimo fim de dia.

Obrigado à Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Rubens Otoni, da Delegada Adriana Accorsi, e obrigado ao nosso Presidente, que esteve aqui conosco. Obrigado aos assessores da CPI, que vieram de Brasília, na pessoa do Robson, também obrigado ao Reinaldo, nosso assessor, mas, em especial, a todos que estão aqui, aos movimentos organizados e à sociedade civil que participou desta reunião nesta tarde. Enfim, muito obrigado a todos.

Fiquem com Deus e um forte abraço!

Estão encerrados os nossos trabalhos.